

RELATÓRIO ANUAL
FUNDAÇÃO
OCEANO AZUL
2019



OCEANO AZUL
fundação



*Restaurar
o oceano é
essencial para
a sobrevivência
da humanidade*

Índice

- 3** Mensagem do Presidente
- 4** Órgãos Sociais
- 5** Visão e Missão
- 7** A ação da Fundação em 2019
- 9** Geração Azul
- 23** Capital Natural Azul
- 37** Rede Azul
- 44** Os ativos da Fundação
- 49** Análise Financeira
- 53** Proposta de Aplicação de Resultados
- 53** Perspetivas para 2020
- 55** Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo
- 121** Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo
- 169** Certificação Legal de Contas Individuais
- 177** Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Mensagem do presidente

Na data em que escrevo esta mensagem, já em 2020, e em plena pandemia causada pela doença COVID-19, 2019 parece muito distante.

O mundo teve de abrandar. Os países viram-se forçados a rever as suas prioridades. A ação comum tomou força. Nunca como agora foi tão claro que o futuro da vida depende da sustentabilidade do planeta. Investir na natureza, no oceano, poderia parecer para muitos um desafio demasiado elevado. Hoje, sabemos que é uma absoluta necessidade.

A crise do oceano começou a ganhar contornos concretos e reais, mais visíveis, ainda em 2019, o que preocupa cada vez mais a sociedade civil e os decisores políticos. As comunidades têm vindo a ganhar consciência dos esforços gerados na conservação e restauração do oceano, e encontram-se, por isso, mais atentas a este tema.

Em 2019, a atividade da Fundação ganhou maior notoriedade. Foi um ano em que a Fundação Oceano Azul continuou a trabalhar ativamente para a promoção da sustentabilidade do oceano, consolidando o seu Plano de Ação e posicionando-se internacionalmente.

Se em 2018 a Fundação adotou o seu primeiro Plano de Ação, em 2019 verificou-se uma prossecução natural desse plano e o desenvolvimento dos respetivos programas, com pequenas exceções. A Fundação continuou a desenvolver os seus programas em torno dos seus três grandes eixos de ação - a Geração Azul, o Capital Natural Azul e o Network Azul. A pouco e pouco, construímos solidamente uma instituição que não tem paralelo na Europa do Sul.

O programa Blue Azores tornou-se público com o compromisso assumido em 2019 pelo Governo Regional dos Açores de dedicar 15% da área marítima sob sua jurisdição a novas áreas marinhas protegidas.

Em 2019, consolidou-se a germinação das sementes lançadas em 2018, ao mesmo tempo que se aprofundaram as competências da equipa da Fundação, complementando-a com um novo quadro, que tem como responsabilidade a gestão do Save the Future, um programa que marca também o início da Fundação na temática da limpeza do oceano em Portugal.

No domínio do Network Azul, foi criada uma coligação internacional de algumas das principais fundações e organizações de conservação da natureza, que, em 2019, adotou a RISE UP - Blue Call to Action - uma chamada de atenção para as ações que devem ser tomadas pelos decisores políticos, o que começaria pela Conferência dos Oceanos das Nações Unidas que se realizaria em Lisboa, em Junho de 2020, mas que pelas contingências da COVID-19 teve de ser adiada. De qualquer forma, esta ação contribuiu para que a Fundação se posicionasse a nível internacional e granjeasse credibilidade, muito além do se que poderia esperar para uma Fundação que ainda não tem três anos de idade em laboração.

Finalmente, a Fundação tem vindo a consolidar o programa-piloto Educar para uma Geração Azul, desenvolvendo uma colaboração com os agrupamentos escolares de seis municípios de Portugal continental e com municípios dos Açores. Em 2019, para além do alargamento da formação dos professores do primeiro ciclo de escolaridade e de termos chegado a 15 000 crianças nas escolas daqueles municípios, começámos também a avaliação do piloto.

2020 está já a ser um ano crucial para a comunidade internacional adotar medidas relacionadas com as alterações climáticas, a salvaguarda da biodiversidade e a sustentabilidade do oceano. A Fundação está a dar o seu contributo para que as mesmas sejam as medidas que o nosso planeta e a vida exigem que venham a ser tomadas.

É absolutamente fundamental recuperar o papel da Ciência na orientação da nossa ação de conservação e proteção do planeta. Estamos a aumentar os nossos esforços para mobilizar a sociedade civil internacional e em conjunto com esta levamos Portugal e os demais países do mundo a agir. Não há tempo a perder. O planeta e a humanidade muito irão ganhar com o que se alcançar.

José Soares dos Santos

Órgãos Sociais

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos (Presidente)
Princesa Laurentien van Oranje-Nassau
Jane Lubchenco
Kristian Parker
Nuno Vieira Matias
Julie Packard (Consultora Especial)
Viriato Soromenho-Marques (Consultor Especial)

Conselho de Administração

José Soares dos Santos (Presidente)
Tiago Pitta e Cunha
Emanuel Gonçalves
R. Andreas Kraemer
João Falcato Pereira
Heather Koldewey (Consultora Especial)
Peter Heffernan (Consultor Especial)

Conselho Fiscal

Ernst & Young Audit & Associados – SROC,
representada por João Carlos Miguel Alves (Presidente)
Henrique Soares dos Santos
Paula Prado Rosa
Rui Serra Martins (Suplente)



Visão

Um oceano saudável é essencial para o desenvolvimento da humanidade.

Missão

Contribuir para um oceano saudável e produtivo, em benefício do nosso planeta.



A ação da Fundação em 2019

O oceano está hoje seriamente ameaçado na sua sustentabilidade.

O oceano está a ser depauperado com o desaparecimento dos corais, ou com a sobrepesca que reduz a biomassa que ele gera. Quimicamente, começa igualmente a alterar-se devido à acidificação resultante da absorção de CO₂ pela água do mar. Está mesmo a ficar com menos oxigénio devido ao aquecimento global e à eutrofização crescente causada pelo excesso de nutrientes provenientes da agricultura e efluentes urbanos.

Não basta já preservar o que resta porque o que resta não será suficiente para manter o equilíbrio do grande sistema oceânico. Torna-se imperativo restaurar os ecossistemas marinhos e esse objetivo exigirá a tomada de medidas corajosas, que todos têm adiado.

Procrastinar está a tornar a necessidade de mudança cada vez mais drástica. Face ao que está em jogo, torna-se decisivo mobilizar todos e exigir a tomada de decisões.

Face a esta situação, em 2019 a Fundação aumentou a intensidade e gravidade do seu discurso público, suportado pelos mais recentes desenvolvimentos científicos, e reforçou a sua liderança pelo exemplo, empenhando-se em prosseguir o desenvolvimento de áreas marinhas protegidas. A Fundação ampliou também a chamada de atenção e a consciencialização da sociedade, em diversos níveis, procurando mobilizar essa sociedade para levar os decisores políticos a tomarem decisões. Com a consolidação em 2019 do seu programa educativo a Fundação demonstrou a vontade de levar essa consciência aos mais jovens e de assim contribuir para uma nova geração mais ligada ao oceano. Por outras palavras, uma geração mais azul.

Vejamos os programas executados pela Fundação durante o ano de 2019.



Geração Azul

214 052
PARTICIPANTES

Explicar às crianças, aos jovens e aos adultos a estreita dependência que os seres humanos têm do mar, o que raramente é compreendido, assim como a importância estratégica que o mar tem para os países costeiros, em especial para Portugal e para os seus habitantes, é um dos principais objectivos da Fundação Oceano Azul.

Levar as crianças a crescerem conscientes da necessidade de contribuírem para a conservação do oceano - hoje seriamente afetado pelos impactos negativos da sua exploração e pelas alterações climáticas - é determinante para que este continue a ser o principal sistema de suporte à vida no Planeta.

Geração
Azul

EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL

“Educar para uma Geração Azul” é um programa piloto de longa duração desenvolvido pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa, em parceria com a Direção-Geral da Educação, que ambiciona transformar as próximas gerações de portugueses nos cidadãos europeus mais comprometidos com a sustentabilidade e com a conservação do oceano.

Este programa, sem precedentes, baseia-se na formação certificada e acompanhamento regular de professores do 1.º ciclo do ensino básico, os principais agentes de mudança, para que estes trabalhem o tema do oceano com as crianças entre os 6 e os 10 anos. Inclui também a integração do primeiro manual sobre o oceano, bem como atividades educativas para os alunos. Destinado aos professores, o manual «Oceano, Educar para uma Geração Azul», elaborado pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa, com o apoio e a validação da Direção-Geral da Educação, permite aprofundar e desenvolver o tema no contexto escolar, numa abordagem interdisciplinar, transversal a várias matérias, como literatura, ecologia, direito, estratégia, geografia, economia, história, física e química, e permite responder às perguntas dos alunos: «Como é o oceano?», «Porque é importante o oceano?», «Quanto vale o oceano?», «Como influenciou o oceano a humanidade?», «Quem é o dono do oceano?», «Porque é especial o mar de Portugal?», «Como se protege o oceano?» e «O que há por descobrir no oceano?».

Em 2019 o programa foi alargado com a formação a 699 novos professores, de 155 escolas, alcançando mais 12.781 alunos. Adicionalmente, foram feitas ações de acompanhamento destinadas aos professores que fizeram formação em 2018.

Este projeto-piloto, iniciado em 2018, está assim a ser implementado em quase todas as escolas de ensino básico dos municípios de Mafra, Nazaré, Peniche, Moura e Silves, em 44 escolas de Cascais e em 64 dos Açores, tendo alcançado 16.781 alunos, os primeiros da Geração Azul.

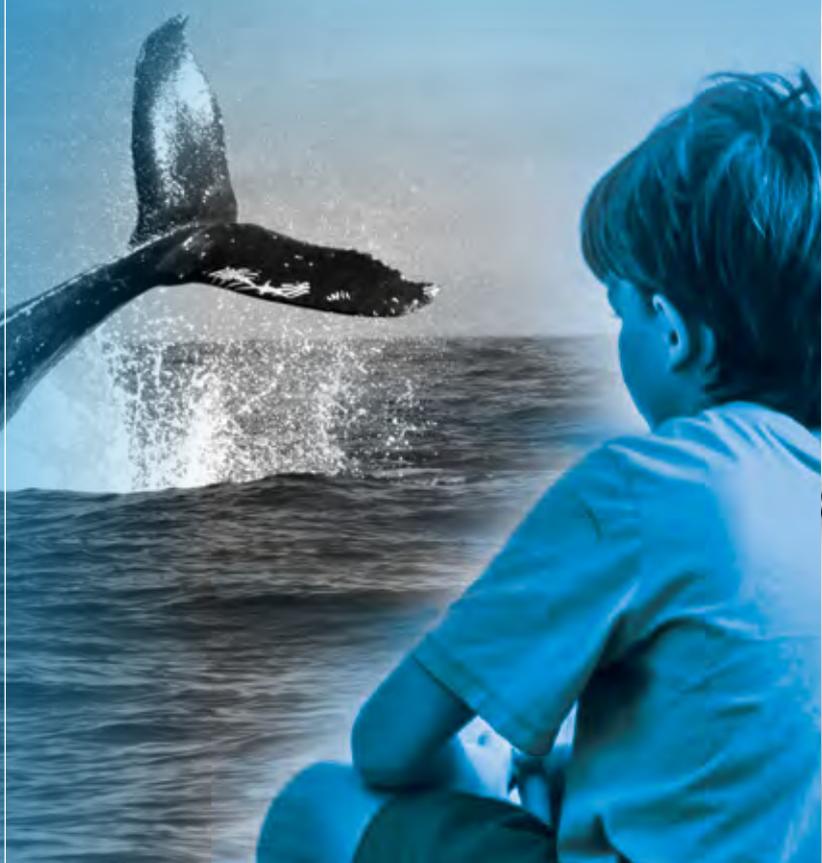
oceano
educar para uma **geração azul**

173
ESCOLAS

880
PROFESSORES
FORMADOS
EM LITERACIA
DO OCEANO

16 781
ALUNOS ENVOLVIDOS

Entidades parceiras Direção Geral de Educação, Câmaras Municipais de Mafra, Cascais, Peniche, Nazaré, Moura, Silves, os respetivos Agrupamentos de Escolas, os Centros de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho, do Concelho de Cascais, Centro -Oeste, dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré, das Margens do Guadiana, e o de Albufeira, Lagoa e Silves, e o Governo Regional dos Açores.



Geração Azul

APOIO À PRÁTICA DO DESPORTO ESCOLAR NÁUTICO

Com o objetivo de aproximar a nova geração ao mar e inspirá-la para que se tornem cidadãos mais ativos na conservação e sustentabilidade do Oceano, foram entregues à Rede Nacional do Desporto Escolar novos equipamentos náuticos, como apoio e incentivo à prática e aprendizagem de desportos náuticos nos Centros de Formação Desportiva ligados às escolas públicas nacionais. Aos barcos Laser Bahia já doados anteriormente, juntaram-se 21 novos equipamentos, incluindo barcos para a prática de vela adaptada e pranchas de Stand Up Paddle, que foram entregues na cerimónia oficial de assinatura dae Protocolo que contou com a presença dos Ministros da Educação e do Mar, do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e do Diretor Geral da Educação, a par de jovens alunos pertencentes a Centros de Formação Desportiva de diversos concelhos. Estes equipamentos destinados a incentivar o aumento da prática das modalidades náuticas e a sensibilizar os jovens para atitudes responsáveis relativamente ao oceano, foram atribuídos a 19 Centros de Formação Desportiva, frequentados por mais de 20.000 alunos do ensino básico e secundário, e localizados em 17 municípios, de Norte a Sul do país.

21 NOVOS EQUIPAMENTOS EM CENTROS DE FORMAÇÃO DESPORTIVA

Entidades parceiras Direção Geral de Educação, Rede Nacional do Desporto Escolar, Centros de Formação de Desportiva dos Agrupamentos de Escolas de Monserrate (Viana do Castelo), Frei João (Vila do Conde), Professor Óscar Lopes (Matosinhos), à Beira Douro (Gondomar), Gafanha da Nazaré (Ílhavo), Coimbra Oeste, Nazaré, D. Luís de Ataíde (Peniche), da Escola Secundária de Peniche, dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Portela e Moscavide, Caparica, Michel Giacometti (Sesimbra), Sebastião da Gama (Setúbal), Sines, Gil Eanes e Júlio Dantas (Lagos), D. Manuel I (Tavira) e de Vila Real de Santo António.





Oceanário de Lisboa

73.246 PARTICIPANTES

**PROGRAMAS ESCOLARES
PRÉ-ESCOLAR**



1º CICLO



2º CICLO



3º CICLO



SECUNDÁRIO



Geração
Azul

ATIVIDADES EDUCATIVAS NO OCEANÁRIO DE LISBOA

Através do Oceanário de Lisboa, é desenvolvido um Programa de Educação com iniciativas de curta duração, que visa a sensibilização e um maior conhecimento sobre o oceano. Assente num vasto plano de atividades educativas muito dinâmicas, conta com mais de 40 iniciativas de diversas abordagens e formatos, consoante o público-alvo, nível de ensino e conteúdo.



Geração Azul

ATIVIDADES EDUCATIVAS GRATUITAS DO OCEANÁRIO DE LISBOA FORA DE PORTAS

140.806 PARTICIPANTES



LÍDERES PARA A SUSTENTABILIDADE DO OCEANO INSPIRAM JOVENS PARA UMA ATITUDE PRÓ-ATIVA PERANTE O MAR

12.670 JOVENS DO 3º CICLO E SECUNDÁRIO

As iniciativas “Lufinha School Tour” e “Schenker School Tour” procuram inspirar os jovens alunos do 3º ciclo e secundário a seguirem os seus sonhos, e apelando a uma atitude pró-ativa na conservação do mar que os rodeia.

Em 2019, o recordista mundial de kitesurf, Francisco Lufinha, e Joana Schenker, campeã mundial e pentacampeã nacional de bodyboard, visitaram 48 escolas distribuídas por todo o país, para contar as emocionantes aventuras vividas e os desafios ultrapassados no mar, levando a cada uma uma importante mensagem da necessidade de conservação do oceano.

Entidades parceiras Escolas Públicas e Escolas Privadas de todo o país.



PLASTICOLOGIA MARINHA ALERTA CRIANÇAS PARA A POLUIÇÃO DO PLÁSTICO

52.391 ALUNOS DO ENSINO BÁSICO

Esta atividade educativa de capacitação e mobilização, dirigida aos alunos do 1º e 2º ciclos, pretende, através de workshops nas escolas, consciencializar para a poluição gerada pela acumulação de plástico no oceano, fornecer ferramentas para minimizar o nosso impacto e promover as alterações de comportamentos em relação a este material - uma das maiores ameaças que o oceano hoje enfrenta.

Entidades parceiras Escolas Públicas e Escolas Privadas de todo o país.

Geração Azul



PLANETA OCEANO ENSINA A RESPONDER ÀS QUESTÕES ESSENCIAIS SOBRE O MUNDO MARINHO

27.791 PARTICIPANTES

A ação Planeta Oceano envolve participantes de todas as idades, promovendo informação para a proteção do oceano e na descoberta do mais importante recurso do nosso planeta. Conhecer e compreender a relação entre o oceano e Homem é essencial para uma sociedade responsável, capaz de agir e mobilizar todos em prol de um futuro sustentável.

Entidades parceiras Escolas Públicas e Escolas Privadas de todo o país. Municípios de Mafra, Moura, Faro, Nazaré, Silves, Setúbal, Lisboa.



VAIVÉM OCEANÁRIO LEVA O OCEANO A TODO O PAÍS

22.846 PARTICIPANTES

Com uma programação dirigida a públicos de todas as idades, o «Vaivém Oceanário» visita todos os anos vários municípios de Portugal para sensibilizar os cidadãos para a conservação do oceano. Em 2019, esta iniciativa voltou à estrada visitando 13 Municípios. Desde a sua criação, este projeto de educação ambiental em movimento já visitou 223 municípios.

Entidades parceiras Câmaras Municipais.



OCEANO PARTICIPATIVO ALERTA ALUNOS PARA A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

458 ALUNOS DE ESCOLAS NO ALGARVE

Lançado em 2019, na região do Algarve, esta ação de educação ambiental visa sensibilizar os jovens, do 3.º ciclo e secundário, para a importância da criação de áreas marinhas protegidas como ferramenta crucial para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Esta ação educativa foi desenvolvida no âmbito do projeto de conservação de criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve, contribuindo, através do caso concreto, para uma consciencialização mais rápida e eficaz destes jovens, sobre a importância de preservação do capital natural existente naquela região. Em 2019, o esta ação visitou cinco escolas de três municípios do Algarve.

Entidades parceiras Câmara Municipal de Albufeira, Câmara Municipal de Portimão e Câmara Municipal de Silves

Geração Azul



CONSERVAÇÃO DO OCEANO CHEGA A VISITANTES DA FEIRA DE SÃO MATEUS

3.484 PARTICIPANTES

Através de um espaço expositivo exclusivo e da dinamização de atividades lúdico-pedagógicas dedicadas à conservação do oceano, a mensagem sobre a necessidade de conservação do Oceano foi levada a uma das maiores e mais antigas feiras do país. Os visitantes da Feira de S. Mateus, em Viseu, foram convidados a refletir sobre temas como a poluição por plástico, as alterações climáticas, a sobrepesca e falta de água.

Entidades parceiras Viseu Marca e Câmara Municipal de Viseu



ESCUTEIROS APRENDEM A CONTRIBUIR PARA A CONSERVAÇÃO DO OCEANO

1.298 ESCUTEIROS

Em colaboração com o Corpo Nacional de Escutas, uma comunidade cada vez mais sensível ao tema da conservação do Oceano, foram promovidas, através do Oceanário de Lisboa, nos acampamentos regionais dos escuteiros, atividades de «Plasticologia Marinha», envolvendo escuteiros entre os 6 e os 22 anos, que foram sensibilizados para a necessidade de redesenhar a sua utilização do plástico e contribuir de forma mais efetiva para a conservação do oceano.

Entidades parceiras Corpo Nacional de Escutas – Acampamento Regional de Aveiro, Corpo Nacional de Escutas – Acampamento Núcleo de Lisboa, Corpo Nacional de Escutas – Acampamento Núcleo Centro-Norte – Região de Coimbra, Escoteiros de Portugal - Grupo 254 AMORA



PROGRAMA BANDEIRA AZUL

332 PRAIAS

Em parceria com o Programa Bandeira Azul, a mensagem de conservação esteve presente em 332 praias, 17 marinas e portos de recreio do país, sensibilizando os veraneantes para a importância do oceano na produção de oxigénio.

Entidades parceiras Associação Bandeira Azul da Europa



EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA EM CASCAIS

«O OCEANÁRIO NÃO ESTÁ SÓ EM LISBOA.»

29 PAINÉIS SOBRE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO

Patente junto ao mar, no paredão de Cascais, deram a conhecer alguns dos projetos de conservação financiados pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa.

Entidades parceiras Câmara Municipal de Cascais.

Geração
Azul

AÇÃO CONCERTADA E DE ÂMBITO NACIONAL PARA LIMPEZA DE LIXO MARINHO

Pretende-se promover, em Portugal, uma abordagem integrada e uma ação concertada, que permita partilhar e mobilizar um maior número de parceiros e recursos, alcançando resultados ambiciosos na sensibilização e intervenção cidadã para a conservação do oceano – Movimento “Save the Future”.

Neste sentido, a Fundação iniciou, em 2019, um programa que pretende agregar e capacitar todas as entidades e organizações que desenvolvem ações de limpeza de lixo marinho no país, tendo lançado um movimento nacional de limpeza de lixo marinho, que se espera de futuro mais abrangente e consolidado.

DIA NACIONAL DE LIMPEZA DE PRAIAS

108 ORGANIZAÇÕES

2.291 VOLUNTÁRIOS

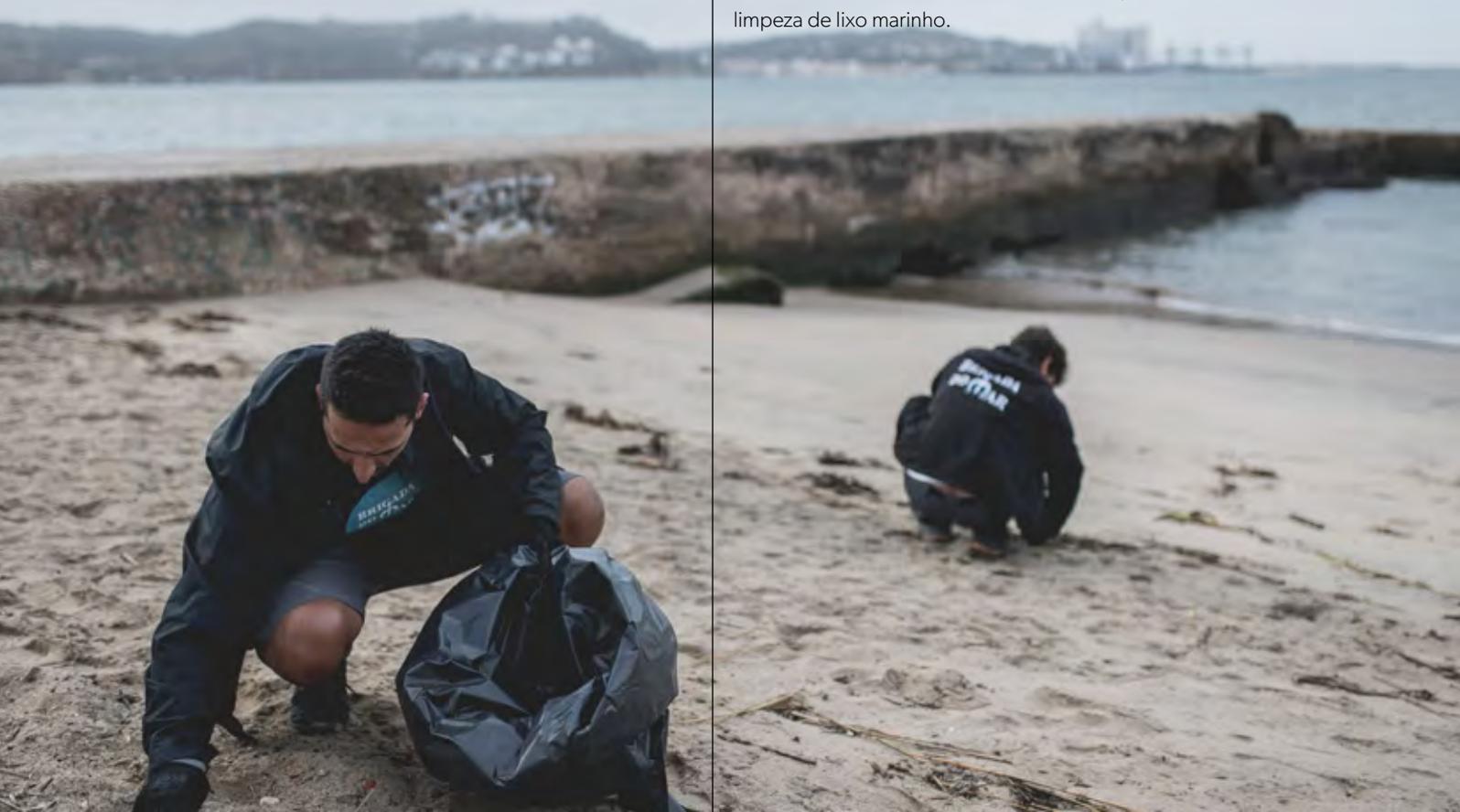
12,9 TONELADAS DE LIXO RECOLHIDO

Através de uma coordenação ativa e abrangente, por parte da Fundação Oceano Azul, foi possível agregar, no Dia Internacional de Limpeza Costeira, 108 entidades e organizações que desenvolvem ações de limpeza de lixo marinho em praias e zonas ribeirinhas no país.

Com o apoio da Fundação, através da oferta de seguros de acidentes pessoais para todos os participantes, e da entrega de luvas, balanças e sacos para lixo, foi possível às entidades que operam nesta área alcançar um maior número de voluntários, bem como monitorizar e reportar o lixo recolhido.

Estas ações, levadas a cabo de forma mais organizada, permitiram sensibilizar as comunidades locais para o problema do lixo marinho e para a importância de alterar comportamentos em prol da conservação do oceano.

Esta foi a primeira vez que se realizou, em Portugal, uma ação concertada e de âmbito nacional para limpeza de lixo marinho.





ORGANIZAÇÕES / GRUPOS PARTICIPANTES A ROCHA PORTUGAL | A ROCHA ALCOBAÇA | ADRIP CACELA VELHA | ALGARVE ADVENTURE | AMBIALISTAS | AMIGOS DO OCEANO | APA-ARH ALGARVE | AQUAMUSEU DO RIO MINHO | ASSOC. ALMA NATURISTA | ASSOC. BAÍA DE SETÚBAL | ASSOC. BIOLIVING | ASSOC. DE BODYBOARD DE SAGRES | ASSOC. DOS AMIGOS DA PRAIA DA BARRA | ASSOC. DOS AMIGOS DO MINDELO PARA A DEFESA DO AMBIENTE | ASSOC. OFICINA CIÊNCIA VIVA DE TAVIRA | ASSOC. PATO | ASSOC. PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL | ASSOC. PORTUGUESA DO LIXO MARINHO | ASSOC. SEALAND SANTA CRUZ | ASSOC. TRANSFRONTEIRIÇA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL | AVEIRO CLIMATE SAVE | BLUE OCEAN WATCH | BRIGADA DO MAR | CABANA DIVERS | CM DE ALCOBAÇA | CM DE LEIRIA | CM DE OVAR | CM DE SINES | CM DE VIANA DO CASTELO - CENTRO DE MONITORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL | CM DE VILA DO BISPO | CAPITÃES DA AREIA | CENTRO CIÊNCIA VIVA DO ALGARVE | CERES INTERNATIONAL | CLUBE DA ARRÁBIDA | COREMA - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO | ENRAIZAR - ASSOCIAÇÃO DE APRENDIZAGEM COMUNITÁRIA | FEEL4PLANET | FOCA - FOCUS ON CRITICAL ACTIONS | FUTURIX | FUTURO SUSTENTÁVEL | GEOTA - PROJETO COASTWATCH | GRUPO ACCÇÃO CATÓLICA RURAL DE MAFRA | GRUPO DESPORTIVO ODECEIXENSE | GUARDIÃO DO OCEANO | INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL | JF DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO | LINDOMAR | LISBOALIMPA | LITTERHERO LAGOS | LITTERHERO PORTUGAL | LITTERHERO SINTRA | MAR À DERIVA - ADRIFT SEA | MAREFOZ - SER MARE | MIGUEL LACERDA | MINT BEACH | MORTO.VIVO | MOVIMENTO ALP | MOVIMENTO CLARO CASCAIS | MOVIMENTO CLARO SINTRA | MOVIMENTO NÃO LIXES | MOVIMENTO SEM PALHINHAS | NAS FCT - NÚCLEO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE | OCEAN ALIVE | OCEAN HOPE | OCEANS BLUE HEART | OLD SCHOOL SURF SCHOOL | ONE PIECE AFTER ANOTHER - LITTERHERO MARINHA GRANDE | PLASTIC FREE LISBON | PLATAFORMA INTERCOMUNITÁRIA DE LISBOA | PLATAFORMA SEIXAL AMBIENTAL | PROJETO ECOLOGICAMENTE | PROJETO PLÁSTICO À VISTA – EDA | QUANDO + 1 É - 1 | RIAS – ALDEIA | ROUTE PORTUGAL | SAILORS FOR THE SEA PORTUGAL | SCIAENA - ASSOCIAÇÃO DE CIÊNCIAS MARINHAS E COOPERAÇÃO | SHARKS EDUCATIONAL INSTITUTE | SKELETON SEA | SOCIEDADE SANTANENSE DE INSTRUÇÃO E RECREIO | WASTE4COFFEE

APOIO CM DE ALJEZUR | CM DE ALMADA | CM DE CASCAIS | CM DA FIGUEIRA DA FOZ | CM DE GRÂNDOLA | CM DE LAGOS | CM DE LEIRIA | CM DE LISBOA | CM DA LOURINHÃ | CM DE MAFRA | CM DA MARINHA GRANDE | CM DO MONTIJO | CM DE OLHÃO | CM DO SEIXAL | CM DE SETÚBAL | CM DE SINTRA | CM DE TAVIRA | CM DE TORRES VEDRAS - CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TORRES VEDRAS | CM DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO | CM DA GAFANHA DA NAZARÉ | CM DE CARVOEIRA | JF DO CASTELO | JF DO COIMBRÃO | JF DE FERREL | JF DE FOZ DO ARELHO | JF DE ODECEIXE | JF DE PENICHE

Geração Azul

MÊS DO MAR - ESCUTEIROS UNEM-SE PARA LIMPAR AS PRAIAS E AS ZONAS RIBEIRINHAS

108 KM DE PRAIAS LIMPAS
16,5 TOELADAS DE LIXO RECOLHIDO
3600 ESCUTEIROS E GUIAS

O Corpo Nacional de Escutas e a Associação de Guias de Portugal, com o apoio da Fundação Oceano Azul e do Oceanário de Lisboa, celebraram, em novembro, o «Mês do Mar» promovendo uma ação concertada e de âmbito nacional, de limpeza de praias e zonas ribeirinhas.

Entidades parceiras Corpo Nacional de Escutas,
Associação Guias de Portugal

COOL 2019 CONVENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARA UM OCEANO LIMPO

58 ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

Depois de identificados e contactados os muitos interlocutores que atuam nesta área, foi realizada a primeira Convenção das Organizações para um Oceano Limpo (COOL), para promover o conhecimento e a partilha do trabalho que desenvolvem. Contando com a pronta receptividade e participação de organizações de norte a sul do país e ilhas, foi possível juntar especialistas e cidadãos comuns que, animados por objetivos comuns, conduzem ações semelhantes em matéria de recolha de lixo marinho. Com esta reunião, ficou evidente o ânimo e a dinâmica que existe em torno deste trabalho voluntário, bem como a oportunidade de maior colaboração entre estes interlocutores, a nível local e nacional. Os contactos estabelecidos permitiram também potenciar sinergias entre as várias organizações.

A primeira edição da COOL, contou com a participação de oradores internacionais, como Alan Friedlander e Paul Rose, da National Geographic Pristine Seas.

COOL
CONVENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARA UM
OCEANO LIMPO



Geração Azul

“BLUE MEDIA” APOIA DIVULGAÇÃO DE TEMAS RELACIONADOS COM O OCEANO

“IPCC’S SPECIAL REPORT ON THE OCEAN AND CRYOSPHERE IN A CHANGING CLIMATE”

A Fundação Oceano Azul apoiou a deslocação de um grupo de jornalistas portugueses ao Mónaco, com vista a permitir uma cobertura jornalística mais aprofundada do lançamento do mais recente relatório científico sobre o estado do oceano, alertando para a sua relevância, a nível global.

LANÇAMENTO DO PROGRAMA BLUE AZORES

Para possibilitar uma cobertura mediática mais abrangente do programa Blue Azores, a Fundação apoiou os meios necessários na deslocação de equipas de jornalistas aos Açores.

Promover o conhecimento do oceano e inspirar os cidadãos a alterarem os seus comportamentos e a agirem de forma responsável pela sua conservação é um dos principais objetivos da Fundação Oceano Azul.

Para o alcançar de forma mais abrangente e mais rápida, a colaboração com os Orgãos de Comunicação Social é considerada estratégica. Transversalmente e sempre que possível, a Fundação apoia os Media com suporte de meios técnicos, esclarecimentos, contactos, documentação ou outro tipo de apoio que esteja ao seu alcance, para reforçar a possibilidade de cobertura jornalística – com reportagens, entrevistas, debates, documentários - que permita alertar e esclarecer os cidadãos, com a melhor informação possível.



Geração
Azul

SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO EM GERAL PARA O DEVER DA CONSERVAÇÃO DO OCEANO

Uma maior consciencialização sobre as ameaças que atingem o oceano surge a par da vontade e necessidade de agir, por parte das populações. Aumenta também uma responsabilização coletiva, que convoca à tomada de decisões. A cobertura e discussão mediática destas ameaças à sustentabilidade do Oceano, assim como das ações possíveis para as combater, tem sido fundamental para esta maior consciencialização das populações.

Orgãos de Comunicação Social

Contribuíram de forma ativa para tornar mais visível os projetos e as ações da Fundação Oceano Azul e do Oceanário de Lisboa.

811 NOTÍCIAS PUBLICADAS (DIGITAL) 

233 NOTÍCIAS PUBLICADAS (ESCRITA) 

166 PEÇAS DE TV (21,792,919 ESPECTADORES) 

11 PEÇAS DE RÁDIO (186,030 TOTAL OUVINTES) 

Redes Sociais

Fundação Oceano Azul procurou promover, de forma mais intensa, um maior conhecimento do oceano, bem como sensibilizar os cidadãos em geral para o dever da sua conservação.

1.221 NOTÍCIAS (+66%) 

28.223 FÃS (+80%) 

10.700 SEGUIDORES INSTAGRAM (+424%) 

54.022 VISITAS WEBSITE (SESSÕES) (+93%) 

1.272.373 VISUALIZAÇÕES DE FILMES
DA FUNDAÇÃO (+11%) 

MAR A ÚLTIMA FRONTEIRA

SÉRIE TELEVISIVA "MAR – A ÚLTIMA FRONTEIRA"

A Fundação Oceano Azul, juntamente com o Oceanário de Lisboa e a RTP, apoiou a primeira série documental portuguesa completamente dedicada à biodiversidade do mar português e às áreas marinhas mais pristinas da costa de Portugal, incluindo os Arquipélagos da Madeira e dos Açores. A série foi produzida e realizada por Nuno Sá, fotógrafo e cineasta subaquático premiado internacionalmente, e estreou em novembro de 2019, na RTP1. Através de imagens subaquáticas únicas e exclusivas, esta série documental mostrou aos espectadores o mar de Portugal.

Entidades parceiras RTP, Nuno Sá

O FUTURO DO PLANETA

Geração Azul

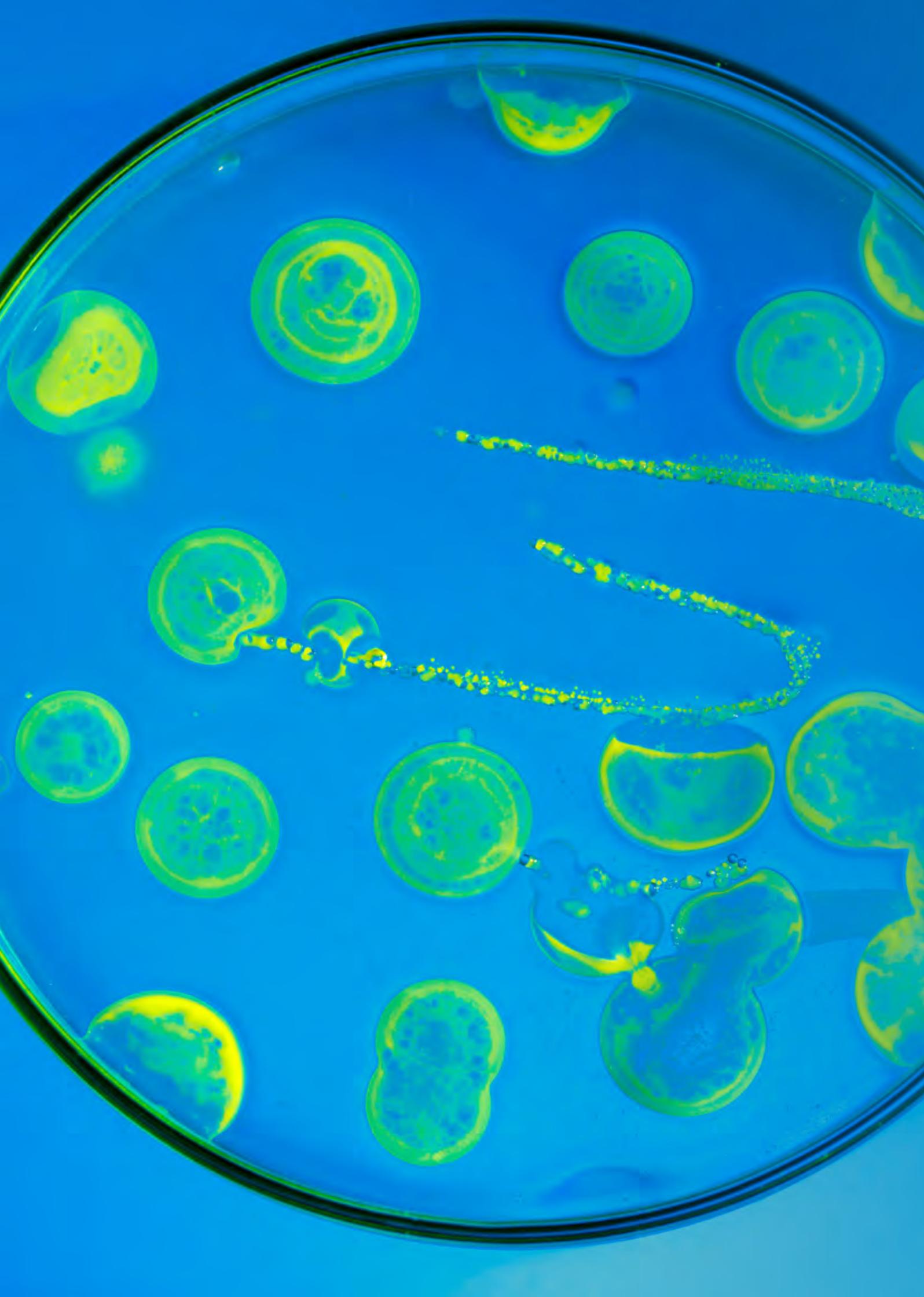
SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO EM GERAL PARA O DEVER DA **CONSERVAÇÃO DO PLANETA**

ENCONTRO "O FUTURO DO PLANETA"

Organizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, em parceria com a Fundação Oceano Azul, a conferência "O Futuro do Planeta", que decorreu em Setembro, no Teatro Camões e no Oceanário, em Lisboa, reuniu aproximadamente 50 oradores, incluindo John Kerry, Sylvia Earle, Paul Theroux, Carl Safina e o Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, com o objetivo de discutir os temas mais urgentes do planeta e da sociedade em geral, com particular destaque para o Oceano e promovendo a divulgação de importantes ações que estão a ser desenvolvidas no país.

Entidades parceiras Fundação Francisco Manuel dos Santos







Capital Natural Azul

Capital Natural Azul

ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

Um oceano saudável e produtivo providencia oxigénio, alimentos, proteção costeira e controla o clima, entre outros benefícios. Estes serviços ecossistémicos do oceano assentes numa natureza saudável, suportam meios de subsistência, alimento e segurança financeira.

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são uma ferramenta fundamental para a conservação marinha e implementação de estratégias de gestão. Desenhadas para fins de conservação, quando efetivamente implementadas, têm vindo a ser reconhecidas cientificamente como a medida mais eficaz para reverter a perda de biodiversidade, de serviços dos ecossistemas e de biomassa.

De acordo com o IUCN, as AMP são “zonas geograficamente delimitadas, geridas através de meios legais, destinados à gestão e conservação da biodiversidade, dos habitats e dos ecossistemas marinhos, assim como dos serviços dos ecossistemas e dos valores culturais associados.”, podendo ter diferentes tipologias de acordo com o seu nível de proteção.

Atividades industriais e desenvolvimento de infraestruturas (por exemplo, mineração, pesca industrial, extração de petróleo e gás) estão excluídas destas áreas, pois são incompatíveis com os propósitos das AMP. Do mesmo modo, áreas rotativas, temporalmente limitadas ou que apenas cobrem uma parte do oceano (por exemplo apenas os fundos marinhos), não são consideradas AMP.

A aceitação e cumprimento de medidas de proteção por parte das comunidades locais, bem como a gestão e fiscalização eficazes, são essenciais para o sucesso das AMP. O desempenho destas áreas também depende de um processo de governança clara e inclusiva da comunidade, ao longo dos vários estádios de conceção e implementação.

ÁREA MARINHA PROTEGIDA DE INTERESSE COMUNITÁRIO NO ALGARVE

**PROCESSO PARTICIPATIVO EM CURSO
DEFINIÇÃO DE ZONAMENTO E
REGULAMENTO EM DISCUSSÃO
52 ENTIDADES LOCAIS ENVOLVIDAS**

Unidos pelo interesse e vontade comuns de proteger o maior recife rochoso costeiro de Portugal Continental, e uma das áreas com maior biodiversidade da costa portuguesa, entidades municipais da região, associações de pescadores, Universidade do Algarve e a Fundação Oceano Azul, entre outros, pretendem sensibilizar, envolver e dinamizar a implementação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário naquele território marinho, com medidas eficazes que preservem o ecossistema marinho, permitindo igualmente promover a sustentabilidade dos recursos e o desenvolvimento económico da região. Pretende-se, através de um processo participativo, agregar todas as entidades interessadas, trabalhar na elaboração e apresentação ao Governo Português de uma proposta de criação e implementação desta nova Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário.

Entidades parceiras Municípios da região, Universidade do Algarve, Universidade Católica Portuguesa, Associações de Pescadores, Operadores marítimo-turísticos, Institutos Públicos, ONG's.

Capital Natural Azul

ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

BLUE AZORES

Programa estratégico para o uso sustentável do mar dos Açores que inclui 15% de novas áreas marinhas totalmente protegidas no mar territorial e ZEE

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ASSINADO

RELATÓRIO CIENTÍFICO DAS EXPEDIÇÕES E FILME DA NATIONAL GEOGRAPHIC APRESENTADOS PUBLICAMENTE

ESTUDOS CIENTÍFICOS SOBRE OS VALORES NATURAIS E SOCIOECONÓMICOS EM FASE DE CONCLUSÃO

EGA COM 273 PROFESSORES FORMADOS E ENVOLVENDO 4 641 ALUNOS

BLUE BIO VALUE IDEIAÇÃO EM CURSO

PRESENÇA EM EVENTOS REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Centrado na conservação e utilização sustentável dos recursos naturais, o programa Blue Azores é uma parceria entre o Governo Regional dos Açores, a Fundação Oceano Azul e a Fundação Waitt, visando ajudar a tornar os Açores numa região oceânica sustentável na Europa. Este programa é estabelecido em estreita colaboração com vários parceiros e entidades, e irá criar e implementar novas áreas marinhas totalmente protegidas, desenvolver planos de gestão para as áreas marinhas protegidas existentes, desenvolver estudos e abordagens inovadoras para a gestão sustentável das pescas, implementar um programa de literacia para as escolas e a comunidade dos Açores, e identificar novas áreas de interesse para a conservação, suportada em processos científicos.

Entidades parceiras Governo Regional dos Açores, Waitt Foundation, Universidade dos Açores – IMAR, Universidade da Califórnia Santa Bárbara

RESERVA NATURAL DAS ILHAS SELVAGENS, ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

PEDIDO DE ALARGAMENTO EM CURSO

A expansão da Reserva Natural das Ilhas Selvagens como área totalmente protegida até às 12 milhas foi proposta ao Governo Regional da Madeira pela Fundação Oceano Azul, com a parceria da National Geographic. Aqui encontramos um dos últimos ecossistemas intactos do Atlântico Norte que merece ser preservado, tal como demonstrado pela expedição científica realizada. Para isso, a extensão da protecção desta área é fundamental para a valorização do capital natural da Reserva.

As 12 milhas ao redor da Reserva Natural das Ilhas Selvagens correspondem a uma pequena fracção (aprox. 1.1% do total de dias de pesca do ano) da actividade dos pesqueiros utilizados pela frota portuguesa essencialmente de salto e vara, representando o alargamento um baixo impacto na economia pesqueira por contraposição a uma maior valorização dos recursos marinhos. Pelo contrário, com a protecção desta importante área, os stocks pesqueiros podem beneficiar sendo de esperar um aumento da biomassa dentro da reserva e na região envolvente. Neste contexto, a Fundação tem continuado a desenvolver contactos com o Governo Regional no sentido de viabilizar esse projeto de expansão.

Entidades parceiras Governo Regional da Madeira, National Geographic Pristine Seas, Universidade Católica Portuguesa.

Co-financiamento

WAITT
FOUNDATION

Outros financiamentos

ESTÉE LAUDER

Capital Natural Azul

BIODIVERSIDADE MARINHA

Os recursos naturais do planeta são essenciais para a sobrevivência e para o desenvolvimento económico e social da humanidade. Existe um reconhecimento global de que a diversidade biológica dos oceanos é um ativo de grande valor para as gerações atuais e futuras. Contudo, sabe-se que a ameaça às espécies e ecossistemas marinhos nunca foi tão elevada como atualmente. Constatando que o declínio de espécies causada pela atividade humana continua a aumentar a uma taxa alarmante, é essencial “salvar o que resta” e recuperar o que se degradou, promovendo todos os esforços possíveis para a manutenção da biodiversidade marinha.

Segundo o relatório do IPBES (Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services), estima-se que 1 milhão de espécies estão sob ameaça de se extinguirem nas próximas décadas. O risco de uma nova extinção em massa avizinha-se, mas desta vez não devida a causas naturais. A par da emergência climática, enfrentamos igualmente uma crise de extinção de espécies.

A Fundação Oceano Azul e o Oceanário de Lisboa apoiam diversos programas para responder aos desafios críticos no âmbito da conservação das espécies e dos ecossistemas marinhos.

FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS

Criado em 2017 e inteiramente privado, o Fundo para a Conservação dos Oceanos tem vindo a apoiar, anualmente, projetos científicos inéditos que contribuam de forma decisiva para a conservação de espécies ameaçadas e da biodiversidade marinha em geral.

Abrangendo temas e locais diversos, mas sempre em Portugal, considera-se imprescindível que estes projectos incluam ações no terreno, assegurem a qualidade científica da informação, constituam iniciativas sustentáveis, potenciem a educação e apresentem uma forte componente de divulgação, não apenas para especialistas como também para o grande público.

Desde a sua criação, este fundo já assumiu um compromisso global de financiamento num total de 400 mil euros.



FUNDO

PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS



Oceanário de Lisboa



OCEANO AZUL
fundação

3ª | edição

*"INVERTEBRADOS MARINHOS. PROTEGER NO
MAR, O FUTURO DA TERRA."*

**3 PROJETOS DE CONSERVAÇÃO PREMIADOS
150 MIL EUROS DE APOIO À CONSERVAÇÃO**

THE SELVAGENS' LIMPET PROJECT

CLARIFICAÇÃO GENÉTICA DA LAPA DAS ILHAS SELVAGENS (PATELLA CANDEI)

Considerado como um dos invertebrados marinhos mais ameaçado do Atlântico Nordeste, esta clarificação genética será útil na definição de um estatuto de conservação para a espécie nas Ilhas Selvagens e de medidas de conservação efetiva.

Entidades parceiras Universidade Lusófona (coordenação); Museu de História Natural do Funchal; Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve e Instituto Português de Malacologia

COACH

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APANHA DE BERBIGÃO (CERASTODERMA EDULE)

O projeto visa avaliar o desempenho e aptidão da população de berbigão; identificar as principais causas para o seu declínio e/ou sucesso; estimar a distribuição potencial da população de berbigão na Ria de Aveiro e prever tendências futuras; e promover o desenvolvimento sustentável da apanha de berbigão e a conseqüente melhoria dos serviços económicos, sociais e ambientais para a região, através da fundação de uma cooperativa de mariscadores de berbigão.

Entidades parceiras
Universidade de Aveiro/CESAM

DEEPBASELINE

COCRIAÇÃO DE UMA BASE DE CONHECIMENTO SOBRE A DIVERSIDADE DE ESPONJAS E CORAIS

Desenvolver um mecanismo para a cocriação de uma base de conhecimento sobre a diversidade de esponjas e corais, e dos ecossistemas vulneráveis por eles formados, em zonas entre os 20 e 750 metros de profundidade, é o principal objetivo deste projeto. Para tal reunirá a comunidade científica, comunidades piscatórias locais, associações e gestores de pesca na partilha de conhecimento para promover ações sustentáveis de conservação e gestão destas espécies e habitats.

Entidades parceiras CIIMAR (coordenação); IPMA; Universidade dos Açores





1ª EDIÇÃO | RAIAS E TUBARÕES. DA ESCURIDÃO PARA A LUZ DA CIÊNCIA

ISLAND SHARK

ESTUDAR A IMPORTÂNCIA DAS ILHAS OCEÂNICAS PARA TUBARÕES MIGRATÓRIOS

Em 2019 Foram já recolhidas 126 amostras genéticas, realizadas 40 entrevistas com pescadores e outros profissionais locais de atividade marítima, realizadas duas reuniões de trabalho com a administração dos Açores no âmbito grupo de trabalho de Áreas Protegidas Marinhas, e um conjunto de atividades educacionais nas escolas das ilhas do Faial, Terceira e Santa Maria.

Entidades parceiras OMA – Observatório do Mar dos Açores, Universidade dos Açores

FINDRAYSHARK

AVALIAR AS POPULAÇÕES DE RAIAS E TUBARÕES

Em 2019 Campanha de recolha de dados e a realização de testes e análises, na ilha do Faial. Através dos vários métodos de identificação, foi possível realizar 70 marcações. Ações de sensibilização a mais de 20.000 pessoas em feiras e eventos e a 1.000 alunos em atividades escolares, e realização de 2 workshops e 2 conferências científicas.

Entidades parceiras MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

SHARK ATTRACT

CRIAR CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA SOBRE TUBARÕES E RAIAS

Em 2019 Diversas ações de comunicação e envolvimento com pescadores, dinamizadas atividades para o público em geral e palestras em 8 escolas, abrangendo 225 alunos. Lançamento de app que permite a todos os cidadãos contribuir para a identificação de ovos de tubarões e raias ao longo da costa portuguesa, tendo já sido registados 611 ovos.

Entidades parceiras MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

2ª EDIÇÃO | ESPÉCIES MARINHAS AMEAÇADAS. DA CIÊNCIA PARA A CONSCIÊNCIA

EEL TREK

CONHECER OS MOVIMENTOS DAS ENGUIAS NOS AÇORES

Em 2019 Campanha de marcação de 23 enguias nas ilhas das Flores, com amostragem de enguias de vidro em vários cursos de água em São Miguel, recolhidos dados de 2 transmissores de satélite e apresentada contribuição para a “Evaluation of the Eel Regulation” da Comissão Europeia.

Entidades parceiras Fundação Gaspar Frutuoso

WHALE TALES

AUMENTAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O CACHALOTE NA MADEIRA

Em 2019 Realizadas 23 saídas de mar, com recolha de 18 biópsias e mais de 5000 fotografias para foto-identificação. Atualização do catálogo de cachalotes da Madeira, com identificação de 220 indivíduos, dos quais 15 foram também identificados nos Açores e nas Canárias, apontando para a conectividade entre os arquipélagos da Macaronésia. Foram ainda criados os suportes comunicacionais do projeto, com produção de um vídeo, presença nas redes sociais e realização de palestras em 7 escolas, abrangendo cerca de 700 alunos.

Entidades parceiras ARDITI – Associação Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação

Capital Natural Azul

BIODIVERSIDADE MARINHA

CAMPANHA **"SALVAR OS CAVALOS-** **MARINHOS DA RIA FORMOSA"** **SENSIBILIZAÇÃO E** **ENVOLVIMENTO DA** **COMUNIDADE**

Através de uma forte campanha de sensibilização a nível local, regional e nacional, iniciada ainda em 2017, a Fundação Oceano Azul, em conjunto com o Oceanário de Lisboa, tem vindo a alertar as populações e as instituições para a importância de salvar a comunidade de cavalos-marinhos da Ria Formosa, em risco de desaparecer, se medidas concretas de conservação não forem tomadas urgentemente.

Garantir um envolvimento de âmbito nacional para o combate a esta ameaça, defender a ria Formosa como património e capital natural nacional a ser preservado, conhecer o estado atual das populações de cavalos marinhos e contribuir para eliminar as suas ameaças, garantindo a sua continuidade futura através de mudanças de comportamento e trabalho conjunto das várias partes interessadas, continuam a ser objectivos deste programa.

Em 2019

Realizadas diversas ações educativas e de sensibilização, entre as quais a campanha de comunicação "A cavalgar para a extinção", divulgada durante a época balnear junto dos acessos às praias da ria Formosa, sensibilizando o público para os cuidados a ter de forma a proteger os cavalos-marinhos.

Entidades parceiras Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Parque Natural da Ria Formosa, diversos parceiros locais



Capital Natural Azul

BIODIVERSIDADE MARINHA

PROJETOS DE CONSERVAÇÃO APOIADOS PELO OCEANÁRIO DE LISBOA

No âmbito da contribuição para a conservação da biodiversidade, pilar da sua missão, a Fundação Oceano Azul, através do Oceanário de Lisboa, continuou a financiar, ao longo de 2019, projetos de conservação do oceano desenvolvidos por várias instituições nacionais e estrangeiras.

GARANTIR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À SOBREVIVÊNCIA DAS TARTARUGAS MARINHAS

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Em 2019 Foram monitorizadas diariamente 33 praias, num total aproximado de 25 km, com 1 953 ocorrências registadas, 526 fêmeas marcadas, 1 154 ninhos registados e 55 112 filhotes libertados.

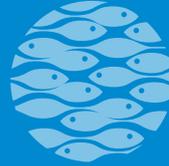
Entidades parceiras Associação Programa Tatô

AUMENTAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O TUBARÃO-ANJO

ANGEL SHARK

Em 2019 Acompanhamento da equipa do projeto na sua deslocação à área marinha de La Graciosa, com marcação de mais 32 tubarões-anjo, recolha de 7 recetores acústicos, realização de várias amostras para estudos genéticos e ainda lançamento de 30 BRUVs (Baited Remote Underwater Vídeo) para registar imagens destes animais.

Entidades parceiras Zoological Society of London, Universidad de Las Palmas de Grand Canaria, Zoological Research Museum Alexander Koenig



Oceanário de Lisboa

MONITORIZAR O EFEITO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS SOBRE AS COMUNIDADES COSTEIRAS DE PEIXES

REBREATH

Em 2019 Viabilização do 10º ano de recolha de dados biológicos e do desenvolvimento de uma plataforma de recolha de dados para apoiar o trabalho dos investigadores. Resultaram do projeto: 1 tese de mestrado, 1 publicação científica, 1 app para recolha de dados no campo, 4 comunicações em congressos internacionais e 2 artigos em órgãos de comunicação social.

Entidades parceiras MARE/ISPA-IU



Capital Natural Azul

BIODIVERSIDADE MARINHA

AUMENTAR O CONHECIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE MOBULAS NOS AÇORES E NO ATLÂNTICO ESTE

MANTA CATALOG AZORES

Em 2019 Com o segundo ano do projeto já foram registados um total de 1.429 avistamentos, identificadas 193 mantas, recolhidas 82 amostras genéticas, realizada a sequenciação e análise do ADN mitocondrial das primeiras amostras e recolhidos dados de ocorrência e abundância de jamantas através dos censos visuais dos centros de mergulho e de empresas de whale watching.

Entidades parceiras Okeanos Centro I&D da Universidade dos Açores

CONHECER A DISTRIBUIÇÃO, ABUNDÂNCIA, COMPORTAMENTOS E MODOS DE VIDA DOS RATÕES-BISPO

FLY WITH BULL RAYS

Em 2019 Ao longo dos dois anos do projeto, foi realizada a criação de um website oficial, que incorpora uma base de dados que permite o carregamento de fotografias de indivíduos, a aquisição de equipamento para desenvolver as observações em apneia em cada local do estudo, e realizados 13 programas de estagiários.

Entidades parceiras IMAR - Instituto do Mar dos Açores

AUMENTAR O CONHECIMENTO ACERCA DAS DUAS ESPÉCIES DE CAVALO-MARINHO EXISTENTES EM PORTUGAL

OS CAVALOS-MARINHOS DESCONHECIDOS

Em 2019 O apoio ao projeto visa perceber e identificar a presença das espécies por todo o país, com vista a formular recomendações que visem a sua conservação, contribuir para a sua classificação e, simultaneamente, sensibilizar as entidades e indivíduos que diretamente lidam com estes animais, assim como o público em geral, para a importância destas espécies e dos ecossistemas onde habitam.

Entidades parceiras Associação Natureza Portugal | WWF Portugal

CARACTERIZAR A UTILIZAÇÃO DAS ESPÉCIES DE ATUM NA INDÚSTRIA CONSERVEIRA PORTUGUESA

TUNAPRINT - THE TUNA BEHIND THE CAN

Em 2019 O apoio ao projeto tem como principal foco avaliar, aconselhar e informar sobre as espécies de atum utilizadas e consumidas em conserva; e alertar a indústria conserveira portuguesa, as entidades reguladoras e o público em geral para a necessidade de conservação das espécies ameaçadas.

Entidades parceiras MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente



Capital Natural Azul

PESCAS SUSTENTÁVEIS

PROJETO-PILOTO PARA AS PESCAS SUSTENTÁVEIS

ESTUDO SOBRE A PEQUENA PESCA
EM PORTUGAL CONCLUÍDO

CANDIDATURA AO PROGRAMA OPERACIONAL
MAR2020 APRESENTADA

11 ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES ENVOLVIDAS

Acreditando que é necessário desenvolver políticas que permitam a coexistência do desenvolvimento humano com a proteção do oceano, a iniciativa pretende conceber e implementar um projeto-piloto de gestão da pequena pesca em Portugal, com foco numa pescaria específica, desenhado e desenvolvido em parceria com ONGs locais, pescadores, Governo e cientistas, que permita alcançar um oceano próspero e resiliente, que, entre outros, proporcione a proteção do capital natural e mais recursos pesqueiros com um maior retorno às comunidades piscatórias.

Entidades parceiras ANP | WWF Portugal,
EDF - Environmental Defense Fund

Co-financiamento

OAK
FOUNDATION



Capital Natural Azul

CAPACITAÇÃO PARA UMA NOVA BIOECONOMIA AZUL

A invisibilidade económica dos recursos naturais como bens e serviços que a natureza proporciona à humanidade, e a não quantificação do seu valor como matéria-prima, leva à sua desvalorização e mesmo ao desbaratar desse recursos.

O mote de uma economia “mais amiga do ambiente” já não chega para superarmos os desafios colossais com que nos defrontamos.

É, por isso, urgente olhar para a bioeconomia como a nova economia que serve o presente e o futuro.



Capital Natural Azul

CAPACITAÇÃO PARA UMA NOVA
BIOECONOMIA AZUL

BLUE BIO VALUE ACELARATION

15 STARTUPS APOIADAS

9 NACIONALIDADES

MAIS DE 110 CANDIDATURAS

8 BOOTCAMPS

43 MENTORES

21 TALKS

O Blue Bio Value é o primeiro programa de aceleração de empresas focado em escalar soluções de origem marinha para diversas aplicações de mercado, com alta incorporação de conhecimento científico e inovação.

Lançado em 2018, visa atrair projetos e ideias e transformá-las em oportunidades de negócio que tenham como solução o desenvolvimento de produtos ou serviços sustentáveis e inovadores. Pretende-se que empreendedores, investidores e entidades públicas possam trabalhar em conjunto no desenho de um novo futuro e contribuir para um oceano produtivo e saudável. Os promotores deste programa ambicionam que Portugal se torne num polo internacional relevante e referencial no desenvolvimento da mais inovadora bioeconomia marinha, ajudando startups a fortalecer os seus modelos de negócio, as suas estratégias de mercado e uma utilização mais sustentável do oceano.

Em 2019, foi realizada a 2ª edição deste Programa, com aumento do número total de candidatos, bem como do número de candidatos estrangeiros. As empresas selecionadas subiram para 15 empresas e a sua qualidade é um bom indicador da valia e competência deste Programa, que agora se começa a alargar para a fase de ideação.

Entidades parceiras Fundação Calouste Gulbenkian; Bluebio Alliance; Fábrica de Startups; Faber Ventures.

Co-financiamento



Capital Natural Azul

CAPACITAÇÃO PARA UMA NOVA
BIOECONOMIA AZUL

BLUE BIO VALUE IDEATION

Complementar ao Programa de Aceleração e partilhando da mesma visão, este Programa de Ideação gizado em 2019 pretende gerar novas ideias de negócio relacionadas com o oceano. Vocacionado para a comunidade académica, lança novos desafios a estudantes e a investigadores, para melhor assegurar a transferência de tecnologia das Universidades / Centros de Investigação marinha para o mercado, procurando assim promover uma utilização sustentável dos recursos marinhos.

Pretende-se que as melhores ideias possam ser incluídas na fase de aceleração do Blue Bio Value. Ainda na sua fase embrionária, este Programa será implementado em estreita articulação com Universidades parceiras, ainda que aberto a candidatos que não frequentem essas instituições de ensino.

Entidades parceiras Fundação Calouste Gulbenkian; Fábrica de Startups; Universidade dos Açores; Universidade de Lisboa

Co-financiamento



CALOUSTE
GULBENKIAN
FOUNDATION

ESTÉE LAUDER

BlueBioValue



Rede Azul

Uma maior articulação entre os diferentes interlocutores chave no panorama nacional e internacional, o reforço do tema na agenda internacional dos oceanos e uma sensibilização cada vez mais forte das instituições e dos governos, são factores relevantes para o crescente alerta sobre as ameaças à sustentabilidade do oceano e para a consciencialização da urgência das ações a levar a cabo.

Neste contexto, a Fundação Oceano Azul tem conduzido esforços vários, conquistando cada vez mais uma posição de relevo, que lhe permite alcançar resultados efectivos naquelas frentes.

RISE UP

a blue call to action



Rede Azul

BLUE CALL TO ACTION

26 INFLUENTES ONG'S E FUNDAÇÕES LIGADAS À CONSERVAÇÃO DO OCEANO

1 AGENDA COMUM SUBSCRITA

A criação de “RISE UP - A Blue Call to Action” foi uma iniciativa lançada em maio de 2019, pela Fundação Oceano Azul, com o apoio direto da Ocean Unite e da OAK Foundation.

Esta iniciativa de âmbito internacional dá uma só voz, pela primeira vez, a organizações de conservação da natureza, a representantes de povos indígenas de comunidades piscatórias e organizações de trabalhadores da pesca, e desafia os governos e as empresas para se comprometerem com uma lista de ações efetivas que é preciso levar a cabo para proteger e recuperar o oceano.

Entre as prioridades estabelecidas nesta agenda comum, destaque para a abolição de novas explorações de petróleo e gás natural *offshore*, uma moratória para a mineração dos fundos marinhos, a afetação do mar territorial à pesca artesanal, a transição para uma economia azul circular e descarbonizada, um tratado internacional sobre poluição costeira e a proteção de pelo menos 30% do oceano global até 2030. A recuperação da vida no oceano, assim como assegurar poder de decisão e apoiar as comunidades costeiras, são outras das prioridades identificadas no repto a ser formalmente apresentada no âmbito da 2020 UN Ocean Conference.

São 26 as instituições que integraram inicialmente esta coligação, estando a Blue Call to Action agora aberta à sua assinatura, no site **riseupfortheocean.org**, por outras organizações que se identifiquem com a agenda de ações nela estabelecida.

Entidades envolvidas

Fundação Oceano Azul
Oak Foundation
Ocean Unite
David and Lucile Packard Foundation
Marine Conservation Institute
High Seas Alliance
Oceana
Natural Resources Defense Council
Waitt Institute
The Nature Conservancy
Prince Albert II of Monaco Foundation
Conservation International
Sasakawa Peace Foundation
Waitt Foundation
Rare
Seas At Risk
Wildlife Conservation Society
Oceanário de Lisboa
Monterey Bay Aquarium
World Forum for Fish Harvesters and Fishworkers
WWF Oceans Practice
Blue Prosperity Coalition
Ocean Conservancy
Monaco Blue Initiative
Oceanographic Institute, Prince Albert I of Monaco Foundation

Co-financiamento

OAK
FOUNDATION

Rede
Azul

CAPACITAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DEDICADA AO OCEANO

ANP | WWF PORTUGAL

Em 2019 foi concebido e negociado com a ANP / WWF este Programa, que é um projeto a 3 anos que contempla o apoio financeiro à ANP | WWF Portugal com vista à sua capacitação enquanto ONG ainda mais focada na conservação do oceano, tornando-se numa voz e agente ativo na proteção do oceano junto de stakeholders, incluindo decisores políticos, autoridades, profissionais dos setores, outras organizações não-governamentais e, em geral, a opinião pública.

Entidades parceiras ANP | WWF Portugal

Co-financiamento



Rede Azul

APRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS

Durante o ano de 2019, a Fundação Oceano Azul recebeu, nas suas instalações, representantes de governos e instituições, para reuniões de trabalho visando conhecer melhor o trabalho desenvolvido em prol do oceano.

Fevereiro | Reunião com Secretário de Estado Negócios Estrangeiros do Quénia

Abril | Reunião com Delegação Parlamentar Canadiana, reunião com D. Pedro de Borboun e Orleans, Duque de Calábria

Maió | Reunião com Ministro da Defesa de Portugal, reunião com Ministro de Recursos Naturais da China

Junho | Reunião com Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas

Outubro | Reunião com Sua Alteza o Príncipe Alberto II do Monaco, Reunião com Embaixadora da Austrália

O reconhecimento internacional da Fundação, na área dos oceanos, ganhou maior projecção com o convite aos seus membros para participarem em organizações actualmente estratégicas na agenda dos oceanos: e.g. Peter Heffernan e Tiago Pitta e Cunha no Mission Board for Healthy Oceans, Seas, Coastal & Inland Waters da União Europeia; Jane Lubchenco e Tiago Pitta e Cunha no High Level Panel for a Sustainable Ocean Economy.



Rede
Azul

PARTICIPAÇÃO E APOIO A PLATAFORMAS, ORGANIZAÇÕES E REUNIÕES SOBRE O OCEANO

**THE LUSO HYDROTHERMAL VENT FIELD NEAR
THE MID-ATLANTIC RIDGE**
4-5 FEVEREIRO, LISBOA

**IUCN WCPA - MARINE WORKSHOP TO
DISCUSS POST 2020 TARGETS AND WCC
RESOLUTIONS & MPA GUIDE**
4-6 FEVEREIRO, WASHINGTON DC, EUA

**WORLD OCEAN INITIATIVE
THE ECONOMIST / WWF LONDRES**
14 FEVEREIRO, LONDRES, INGLATERRA

**XIV DIA DE BMB - NÚCLEO DE ESTUDANTES
DE BIOLOGIA MARINHA E BIOTECNOLOGIA,
DA ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E
TECNOLOGIA DO MAR (IP LEIRIA)**
26 FEVEREIRO, LEIRIA

**FORUM DA INOVAÇÃO, NA CASA MANUEL DE
ARRIAGA**
27 FEVEREIRO, HORTA, AÇORES

HIGH SEAS ALLIANCE SEMINAR
5-6 MARÇO, NYC, USA

THE ECONOMIST'S WORLD OCEAN SUMMIT
5-7 MARÇO, ABU DHABI, EMIRATOS ARABES
UNIDOS

**CONFERÊNCIA "O INTERESSE NACIONAL DO
MAR", SIRP (SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA
REPÚBLICA PORTUGUESA)**
8 MARÇO, LISBOA

CONFERÊNCIA "PORTUGAL E O MAR", EMGFA
5 ABRIL, LISBOA

**CONFERÊNCIA "OS OCEANOS, AS
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O SEU IMPACTO",
INCUBADORA DE EMPRESAS DA FIGUEIRA DA
FOZ**

6 ABRIL, FIGUEIRA DA FOZ

KATAPULT OCEAN DEMO DAY

8 DE ABRIL, OSLO, NORUEGA

2º CABO VERDE DEVELOPMENT FORUM

10 ABRIL, CENTRO CULTURAL DE CASCAIS

**MESA REDONDA ROTEIRO DE
BIOTECNOLOGIA AZUL - CIIMAR**

12 ABRIL, PORTO

**CONFERÊNCIAS DO CHIADO - 3º CICLO - O
OCEANO, O PLANETA E O SÉCULO – COMO
SE DEVE POSICIONAR PORTUGAL NESTA
EQUAÇÃO FUNDAMENTAL**

9 MAIO, LISBOA

THE OCEAN OPEN LAB EXHIBITION

16 MAIO, LISBOA

**EUROPEAN MARITIME DAY: SESSIONS
"OCEAN LITERACY "AND "CONSTRUCTING
THE EUROPEAN OCEAN ALLIANCE: BOOSTING
OCEAN LITERACY IN EUROPE"**

17 MAIO, LISBOA

**BLUE BIOECONOMY: INVESTMENTS AND
INNOVATIONS**

17 MAIO, LISBOA

MPA GUIDE MEETING

20-21 MAIO, OCEANOGRAPHIC INSTITUTE,
PRINCE ALBERT I OF MONACO FOUNDATION,
PARIS

**EDUCAÇÃO E DESAFIOS PARA O FUTURO:
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

22 MAIO, CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO, LISBOA



**STM 20º ANO - AS QUINTAS DA ESTM - A
SUSTENTABILIDADE NA BASE DA ECONOMIA
DO MAR | ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E
TECNOLOGIA DO MAR**

30 MAIO, LEIRIA

**DIPLOMACY FOR SUSTAINABILITY -
EUROPEAN SUSTAINABLE DEVELOPMENT
WEEK | CO-ORGANIZED BY EMBASSY OF
CANADA AND EMBASSY OF PORTUGAL**

30 MAIO - 5 JUNHO, BERLIM

**THE ASSOCIATION OF GERMAN
FOUNDATIONS ANNUAL CONGRESS**

5 - 7 JUNHO, MANNHEIM, ALEMANHA

GLEX - GLOBAL EXPLORATION SUMMIT

3-6 JULHO, LISBOA

**2020 UN OCEAN CONFERENCE - REUNIÃO
DE PLANEAMENTO DA MISSÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS**

31 JULHO, LISBOA

**1ST OCEAN PARTNERSHIP FORUM UNDER
THE EU-CHINA BLUE PARTNERSHIP FOR THE
OCEANS**

05 SETEMBRO, BRUXELAS, BELGICA

**7TH ANNUAL EUROPEAN MARINE SCIENCE
EDUCATORS ASSOCIATION CONFERENCE**

16-20 SETEMBRO, SÃO MIGUEL, AÇORES

UN 2019 CLIMATE SUMMIT AND SDG SUMMIT

23-25 SETEMBRO, NOVA IORQUE, EUA

2020 UN OCEAN CONFERENCE EVENT

26 SETEMBRO, NOVA IORQUE, EUA

42ND CIESM CONGRESS

7-11 OUTUBRO, CASCAIS E LISBOA

**OCEANS GOVERNANCE IN ARCHIPELAGIC
REGIONS INTERNATIONAL CONFERENCE**

7-10 OUTUBRO, HORTA, AÇORES

**REUNIÃO/ENCONTRO NACIONAL DOS
CENTROS DE FORMAÇÃO DESPORTIVA (CFD)
DE ATIVIDADES NÁUTICAS**

11-12 OUTUBRO, MIRA, FIGUEIRA DA FOZ

AANCHOR PROJECT MEETINGS

25 - 28 OUTUBRO, LISBOA

BIOMARINE,

4 NOVEMBRO, CASCAIS

**IUCN WCPA WORKSHOP BEYOND AICHI
TARGETS**

7 - 9 NOVEMBRO, BRUXELAS

WWF OCEAN WEEK

25- 27 NOVEMBRO, LISBOA

CABO VERDE OCEAN WEEK

26- 29 NOVEMBRO, MIDELO, CABO VERDE

**COP 25 - CONFERENCE OF THE PARTIES TO
THE UN FRAMEWORK CONVENTION ON
CLIMATE CHANGE**

6-11 DEZEMBRO, MADRID, ESPANHA

**OCEAN LITERACY FOR THE UNITED
NATIONS DECADE OF OCEAN SCIENCE FOR
SUSTAINABLE DEVELOPMENT**

11-12 DEZEMBRO, VENEZA, ITÁLIA

OCEAN ROUND TABLE

13 DEZEMBRO, MARRAKESH, MARROCOS



Os ativos da Fundação

O Oceanário de Lisboa é um dos ativos fundamentais da Fundação Oceano Azul, com um papel crucial na concretização dos seus eixos de ação de conservação e educação para o oceano. Constituindo um aquário público de referência, e um meio de comunicação privilegiado, permite promover uma ligação emocional ao oceano, mostrando ao público em geral a beleza do mundo marinho, garantindo uma abrangência significativa e coerente da sensibilização para a conservação.





Os ativos da
fundação

OCEANÁRIO DE LISBOA

Promover o conhecimento dos oceanos, sensibilizando os cidadãos em geral para o dever da conservação do património natural, através da alteração dos seus comportamentos.

MAIS DE 25 MILHÕES DE VISITANTES

Em 2019, o Oceanário de Lisboa, com um total de 1.407.183 visitantes registados no ano, ultrapassou os 25 milhões de visitantes, desde a sua abertura.

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA "HOOKED ON LIFE"

Entre junho e outubro de 2019, a exposição do artista plástico holandês Vincent Mock "Hooked on life" constituiu "uma homenagem aos últimos gigantes do oceano". A exposição apresentou 7 esculturas de animais marinhos em tamanho real construídas com 22.000 anzóis, para alertar os visitantes para o ritmo alarmante da exploração dos recursos marinhos que leva ao seu esgotamento.

PROJETO PARA NOVA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA

Desenvolveram-se, ao longo de 2019, as fases de projeto e obras de adaptação para a criação e instalação da nova exposição temporária, "ONE – o mar como nunca o sentiu", a estrear em 2020.

1.407.183 VISITANTES

4,55 AVALIAÇÃO TRIPADVISOR

90% ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

3 M€ DE INVESTIMENTOS NO EQUIPAMENTO

2 M€ DE RESULTADOS LÍQUIDOS

NOVO AQUÁRIO "PEIXES COM ARMADURA"

Abertura de um novo aquário, integrando espécies pouco comuns em aquários, provenientes do sul da Austrália.

4 NOVAS ESPÉCIES NA COLEÇÃO

Introdução de novas espécies, permitindo aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade existente e promover a sensibilização para as ameaças que enfrentam

Dragão-marinho folhoso (*Phycodurus eques*)

Peixe-cofre-listrado (*Aracana aurita*)

Peixe-cofre-de-bandas-brancas (*Anoplocapros lenticularis*) e **Peixe-ananás** (*Cleidopus gloriamaris*)

REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

O Oceanário de Lisboa desenvolve e trabalha continuamente no processo de reprodução de espécies marinhas. Em 2019, registou-se o nascimento de novos animais de 4 espécies diferentes:

Escorpião-vela (*Nautichthys oculofasciatus*),

Perca-prateada (*Cymatogaster aggregata*),

Uge-americana (*Hypanus americanus*)

e **Perca-da-lama** (*Badis badis*)

AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Em parceria com a Species Survival Commission e a União Internacional para a Conservação da Natureza, o «IUCN Marine RED LIST Officer» do Oceanário de Lisboa contribui para aumentar o número de espécies marinhas avaliadas quanto ao seu risco de extinção, permitindo a divulgação do seu estatuto de proteção e a sua conservação. Em 2019, o Oceanário de Lisboa esteve envolvido no processo de avaliação de 332 espécies marinhas (20 das quais presentes em aquários públicos europeus) e para as quais nunca tinha sido realizada esta pré-avaliação.

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS INTERNACIONAIS DE REPRODUÇÃO DE 16 ESPÉCIES

10 COMUNICAÇÕES APRESENTADAS EM CONGRESSOS DA ESPECIALIDADE

3 NOVAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PRODUZIDAS

6 ESTÁGIOS PROFISSIONAIS E CURRICULARES REALIZADOS

5 AÇÕES DE FORMAÇÃO OFERECIDAS A OUTRAS INSTITUIÇÕES

Participação em comités e associações



#SEATHEFUTURE COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

Lançada em 2018, a linha de produtos #SeaTheFuture tem como objetivo a proteção do capital natural marinho, promovendo um consumo sustentável. Tendo assumido, naquela data, o compromisso de garantir que, no prazo de três anos, 95% dos produtos disponíveis em loja serão sustentáveis, o Oceanário de Lisboa concretizou já, em 2019, uma oferta de 64%.

OCEANÁRIO DE LISBOA COMO INSTITUIÇÃO DE CONSERVAÇÃO

Atentas as atividades que desenvolve e os investimentos que realiza na área da conservação do oceano, a perceção do Oceanário de Lisboa enquanto instituição de conservação aumentou 6% entre os seus visitantes, reduzindo-se, no público em geral, o entendimento desta instituição como apenas de lazer e entretenimento ou lúdico-pedagógica.

Certificações e acediações



Gestão ambiental
verificada
PT-000029







Análise financeira

Análise financeira

A Fundação Oceano Azul é uma fundação de direito privado português, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

O Grupo Fundação Oceano Azul, tratado nas demonstrações financeiras consolidadas aqui apresentadas, é constituído pela Fundação Oceano Azul e pela sua empresa subsidiária Oceanário de Lisboa, S.A.

De salientar que a atividade da Oceanário de Lisboa, S.A. é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração do Oceanário de Lisboa, iniciado em 9 de junho de 2015, por um período de 30 anos.

SITUAÇÃO FINANCEIRA	2019	2018
Ativo		
Direito de Concessão Oceanário	33.807	35.133
Goodwill do Oceanário na FOA	19.025	19.773
Caixa e Depósitos Bancários	3.580	4.133
Outros	12.657	9.990
Total do Ativo	69.068	69.030
Fundos Patrimoniais		
Fundos	7.172	7.172
Resultado Líquido do Exercício	2.032	2.095
Outros	9.096	7.040
Total de Fundos Patrimoniais	18.300	16.306
Passivo		
Obrigação contratual de pagamento de renda da concessão do Oceanário (30 anos)	28.667	29.012
Financiamentos Obtidos	16.011	18.290
Outros	6.090	5.422
Total do Passivo	50.768	52.724

milhares de euros

O **Ativo** inclui o direito de concessão do Oceanário de Lisboa – o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Fundação se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão em 2015 (35,6 milhões de euros).

Os **Fundos Patrimoniais**, no montante de 18,3 milhões de euros, incluem 7,2 milhões de euros correspondentes às dotações do Fundador Sociedade Francisco Manuel dos Santos: 6,9 milhões de euros de dotação inicial em espécie referente à transmissão da participação financeira da Waterventures e 250 milhares de euros de dotação em dinheiro.

No **Passivo** encontra-se registado o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa durante os 30 anos do contrato de concessão do Oceanário de Lisboa (28,7 milhões de euros).

O valor global da rubrica **Financiamentos Obtidos** inclui os seguintes empréstimos bancários:

	Data Empréstimo	Valor	Amortizações já realizadas	Valor em Dívida a 31/12/2019
Oceanário de Lisboa	28-09-2015	10.000	3.361	6.639
Fundação Oceano Azul	28-09-2015	15.000	5.627	9.373
Total		25.000	8.989	16.011

milhares de euros

O Grupo Fundação Oceano Azul contraiu junto do Banco Santander Totta dois empréstimos bancários em 28 de setembro de 2015:

1. empréstimo bancário de 15.000.000€, com o prazo de 10 anos.
2. empréstimo bancário de 10.000.000€, com o prazo de 12 anos, para o cumprimento do pagamento inicial, contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

RESULTADOS	2019	2018
Rendimentos Operacionais	23.030	22.171
Gastos Operacionais	-18.793	-17.777
EBIT	4.237	4.394
Resultados Antes de Impostos	2.695	2.693
Resultado Líquido	2.032	2.095

milhares de euros

O **Resultado Líquido** do período atingiu o valor de 2.032 milhares de euros. O decréscimo de 63 milhares de euros face ao resultado líquido do ano anterior está relacionado com um aumento dos gastos operacionais.

GASTOS OPERACIONAIS	2019	2018
Programas	2.306	2.219
Custos de Funcionamento	8.523	8.662
Oceanário de Lisboa	8.066	8.100
Fundação Oceano Azul	458	561
Gastos com Pessoal	3.956	3.312
Gastos de Depreciação e Amortização	2.420	2.175
Outros	1.588	1.411
Total Gastos Operacionais	18.793	17.777

milhares de euros

Apresenta-se de seguida o detalhe da informação relativa às principais componentes de gastos inerentes aos programas e atividades desenvolvidas pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa ao longo do ano de 2019.

GERAÇÃO AZUL	2019	2018
Programa Educação do Oceanário de Lisboa	277	262
Vaivém Oceanário	64	86
Plasticologia Marinha	206	74
Educar para uma Geração Azul	72	59
Programa Educacional para AMP Algarve	10	0
Apoio ao desporto escolar náutico	60	68
Líderes para a sustentabilidade do oceano (Lufinha e Schenker Shcool Tour)	44	37
Apoio à campanha "Ocean Witness" da WWF	10	24
Campanha "O que não acaba no lixo acaba no mar"	0	189
Ação Concertada para Limpeza Lixo Marinho	79	0
Blue Media	60	0
Outros	0	8
Total	881	807

milhares de euros

CAPITAL NATURAL AZUL	2019	2018
Áreas Marinhas Protegidas		
Blue Azores	357	340
Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve	75	53
Expansão da Área Marinha Protegida das Ilhas Selvagens (Madeira)	1	20
Áreas Marinhas com Significado Ecológico e Biológico (EBSAs)	0	15
Pescas Sustentáveis		
Projeto-piloto para pescas sustentáveis	10	108
Biodiversidade marinha		
Campanha "Salvar os cavalos-marinhos da Ria Formosa"	5	75
Centro de Reabilitação de Animais Marinhos do ECOMARE	0	100
Fundo para a Conservação dos Oceanos	150	125
Projeto "FindRayShark"	0	25
Projeto "Shark Attract"	0	14
Projeto "Island Shark"	0	12
Projeto "Eel Trek"	50	50
Projeto "Whale Tales"	25	25
Projeto COACH	28	0
Projeto DEEPbaseline	30	0
Projeto SLIP	17	0
Projetos de conservação apoiados pelo Oceanário de Lisboa	51	36
Conservação de tartarugas marinhas de São Tomé	20	20
Conservação de cavalos marinhos desconhecidos	10	0
Projeto Tunaprint	10	0
Projeto "Angel Shark"	0	8
Projeto "Rebreath"	0	7
Projeto "Manta Catalog Azores"	0	0
Projeto "Fly with Bull rays"	10	0
Outros	1	0
Capacitação para uma nova economia azul		
Blue Bio Value	300	336
Total	948	1.208

milhares de euros

Análise financeira

REDE AZUL	2019	2018
Apoio a reuniões e plataformas dedicadas ao oceano	63	160
Blue Call to Action	165	0
Capacitação de organização dedicada ao oceano	100	0
Total	328	160

milhares de euros

OUTROS	2019	2018
Várias ações de pequeno valor	149	43
Total	149	43

milhares de euros

TOTAL GERAL	2019	2018
Programas Oceanário de Lisboa e Fundação Oceano Azul	2.306	2.219
Total	2.306	2.219

milhares de euros

Do valor global de 23 milhões de euros de **Rendimentos Operacionais**, 83% são referentes aos rendimentos gerados pela atividade do Oceanário de Lisboa.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2019	2018
Rendimentos gerados pelo Oceanário de Lisboa	19.034	18.344
Bilheteira	16.249	15.928
Vendas da Loja	2.285	1.929
Outras Prestações de Serviços	501	487
Doações	3.680	3.508
Ganhos com participação na Telecabine	230	265
Outros Rendimentos e Ganhos	85	53
Total	23.030	22.171

milhares de euros

Nos Rendimentos Operacionais incluem-se ainda as seguintes doações recebidas:

DOAÇÕES	2019	2018
Doações do Fundador (SFMS)	3.000	3.000
Donativo Estée Lauder Foundation	199	186
Donativo Fundação Calouste Gulbenkian	128	150
Donativo Waitt Foundation	222	172
Donativo OAK Foundation	132	0
Total de Doações	3.680	3.508

milhares de euros

Resume-se, assim, alguns dos indicadores da situação económica e financeira:

ESTRUTURA FINANCEIRA	2019	2018
Autonomia Financeira (%)	26%	24%
Solvabilidade Geral (%)	36%	31%
Cobertura dos Ativos não correntes (%)	95%	96%

ENDIVIDAMENTO	2019	2018
Capacidade de Endividamento	0,30	0,27
Custo Financiamentos Obtidos (%)	3%	3%
Efeito dos Juros Suportados	64%	61%

LIQUIDEZ	2019	2018
Liquidez geral	63%	67%

RENDIBILIDADE	2019	2018
Rendibilidade Económica (%)	6%	6%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	11%	13%

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido das contas individuais da Fundação Oceano Azul apurado no exercício de 2019, no montante de 2.031.957,43 €, seja transferido integralmente para Resultados Transitados.

Perspetivas para 2020

2020 será um ano determinante para a Fundação Oceano Azul.

Em 2020, a Fundação deverá fechar o ciclo dos seus primeiros anos de vida. Este ciclo, iniciado a meio de 2017, foi o ciclo do lançamento da Fundação, em Portugal e no mundo da sociedade civil internacional, que trabalha para a sustentabilidade do oceano.

Encerra-se o período de lançamento e inicia-se o ciclo da consolidação.

Desta forma, 2020 será um ano de forte simbologia não apenas para a mudança das sociedades humanas na valorização e preservação do planeta, da natureza, do clima e do oceano, mas será igualmente um ano de forte simbologia para a Fundação Oceano Azul, pelo que o início de um novo ciclo sempre anuncia.

Nos últimos três anos e meio, desenvolvemos, com os membros dos órgãos sociais da Fundação e com o Conselho de Curadores em particular, um diálogo que nos permitiu gerar uma cultura e uma identidade para a Fundação.

Concertámos opiniões e vontades e iniciámos, em 2018, um Plano de Ação, que tem vindo a ser reforçado e consolidado, em torno dos três grandes eixos de ação: a Geração Azul; o Capital Natural Azul, e a Rede Azul.

No próximo ano, deveremos culminar a nossa ação e esforços nos programas das áreas marinhas protegidas do Algarve e das Selvagens. Deveremos reforçar o nosso empenho em programas ainda embrionários e emblemáticos de uma grande mudança de paradigma, como o Blue Azores e o Participesca.

Ainda em 2020, deveremos dar a maior visibilidade possível à agenda internacional para a sustentabilidade do oceano e para as ações concretas que é necessário levar a cabo, e que elencámos no documento RISE UP - A Blue call to Action, consolidando uma posição na liderança da agenda internacional do oceano.

Mas em 2020, a Fundação deverá igualmente continuar a cimentar o seu crescimento interno para poder continuar a impulsionar o seu modelo de mudança. Na área da conservação, em particular, será necessário reforçar a equipa. Finalmente, em 2020, a Fundação deverá iniciar uma reflexão que lhe permita posicionar-se para uma nova etapa: a da sua consolidação e expansão. Consolidação, no sentido de iniciar um novo patamar ou degrau no seu crescimento, com novos programas e ações não apenas para 2021, mas para os próximos quatro anos. Expansão, no sentido de acompanhar, em ambição e em esforços, o seu modelo de financiamento que, por sua vez, tem também vindo a diversificar-se e a crescer.

Dêmos, pois, as boas vindas ao novo ciclo da Fundação e usemos 2020 para preparar o futuro, isto é, para preparar o período 2021/ 2025!

O Conselho de Administração

José Soares dos Santos

Emanuel Gonçalves

João Falcato Pereira

Tiago Pitta e Cunha

R. Andreas Kraemer



Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo

Demonstração consolidada da posição financeira	58
Demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral	59
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais consolidado	60
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	61
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	62
1. Introdução	62
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	63
3. Principais políticas contabilísticas	66
4. Perímetro de consolidação	80
5. Empresas associadas	80
6. Políticas de gestão do risco financeiro	81
7. Principais estimativas e julgamentos apresentados	84
8. Ativos tangíveis	87
9. Ativos intangíveis	88
10. Investimentos em associadas	89
11. Goodwill	92
12. Ativos e passivos financeiros por categoria	93
13. Justo valor de ativos e passivos	95
14. Outras Contas a Receber	96
15. Ativos e passivos por impostos diferidos	97
16. Inventários	98
17. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	99
18. Clientes	99

19. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar	100
20. Caixa e equivalentes de caixa	101
21. Fundos Patrimoniais	101
22. Outras reservas e resultados transitados	102
23. Outras variações nos fundos patrimoniais	102
24. Financiamentos obtidos	103
25. Instrumentos financeiros derivados	105
26. Outras contas a pagar	105
27. Fornecedores	107
28. Vendas e Prestações de Serviços	107
29. Doações e legados à exploração	108
30. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	108
31. Fornecimentos e serviços externos	109
32. Gastos com o pessoal	109
33. Outros rendimentos	110
34. Outros gastos	111
35. Gastos financeiros	111
36. Imposto sobre o rendimento	112
37. Compromissos	113
38. Contingências	114
39. Partes relacionadas	115
40. Eventos subsequentes	119

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos tangíveis	8	9.626.181,90	7.876.600,28
Ativos intangíveis	9	34.036.607,23	35.249.679,19
Direitos de Uso	9	62.630,25	-
Investimentos em associadas	10	900.345,84	897.218,38
Goodwill	11	19.024.745,42	19.773.257,42
Outras contas a receber	14	28.889,33	28.889,33
Impostos diferidos ativos	15	11.629,14	-
		63.691.029,11	63.825.644,60
Corrente			
Inventários	16	415.798,81	250.673,72
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	17	12.938,19	6.937,59
Clientes	18	398.362,09	299.910,61
Outras contas a receber	14	605.610,41	513.385,31
Imposto sobre o rendimento a receber	19	364.740,81	-
Caixa e equivalentes de caixa	20	3.579.773,01	4.133.431,83
		5.377.223,32	5.204.339,06
Total do Ativo		69.068.252,43	69.029.983,66
Fundos Patrimoniais			
Fundos	21	7.171.829,00	7.171.829,00
Outras reservas	22	585.598,53	585.598,53
Outras variações nos fundos patrimoniais	23	(315.328,51)	(277.348,58)
Resultados transitados	22	8.826.187,90	6.731.462,00
Resultado líquido do período		2.031.957,43	2.094.725,90
Total Fundos Patrimoniais		18.300.244,35	16.306.266,85
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	24	13.698.144,25	16.011.415,06
Instrumentos financeiros derivados	25	315.328,51	277.348,58
Responsabilidades com locações	26	25.785,90	-
Outras contas a pagar	26	28.218.771,73	28.647.681,83
		42.258.030,39	44.936.445,47
Corrente			
Financiamentos obtidos	24	2.313.270,81	2.278.774,36
Fornecedores	27	656.785,75	1.959.560,54
Imposto sobre o rendimento a pagar	19	-	196.435,02
Responsabilidades com locações	26	40.990,71	-
Outras contas a pagar	26	5.498.930,42	3.352.501,42
		8.509.977,69	7.787.271,34
Total do Passivo		50.768.008,08	52.723.716,81
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		69.068.252,43	69.029.983,66

As notas das páginas 62 a 119 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Doações e legados à exploração	29	3.680.458,11	3.508.175,09
Vendas e Prestações de serviços	28	19.034.210,69	18.344.468,93
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	229.584,78	265.065,82
Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas	30	(839.002,98)	(662.140,86)
Fornecimentos e serviços externos	31	(10.143.946,61)	(10.329.676,80)
Gastos com o pessoal	32	(3.955.579,98)	(3.311.677,42)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	(2.420.197,65)	(2.174.526,92)
Imparidade de Investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	11	(748.512,00)	(748.512,00)
Variações de justo valor	17	64,25	180,03
Outros rendimentos	33	85.288,84	53.136,31
Outros gastos	34	(685.842,44)	(550.549,70)
Resultado operacional		4.236.525,01	4.393.942,48
Gastos financeiros	35	(1.541.146,18)	(1.700.924,08)
Resultados antes de impostos		2.695.378,83	2.693.018,40
Imposto sobre o rendimento	36	(663.421,40)	(598.292,50)
Resultado líquido do exercício		2.031.957,43	2.094.725,90
Outros rendimentos integrais			
Itens que não reclassificam por resultados			
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa		(37.979,93)	(16.845,57)
Outros rendimentos integrais - total		(37.979,93)	(16.845,57)
Total do rendimento integral do exercício		1.993.977,50	2.077.880,33

As notas das páginas 62 a 119 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais consolidado

	Nota	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
A 1 de janeiro de 2018		7.171.829,00	585.598,53	(721.909,37)	(260.503,01)	7.453.371,37	14.228.386,52
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	2.094.725,90	2.094.725,90
Aplicação do resultado líquido do exercício	22	-	-	7.453.371,37	-	(7.453.371,37)	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	-	(16.845,57)	-	(16.845,57)
A 31 de dezembro de 2018		7.171.829,00	585.598,53	6.731.462,00	(277.348,58)	2.094.725,90	16.306.266,85
Resultado líquido do exercício						2.031.957,43	2.031.957,43
Aplicação do resultado líquido do exercício	22	-	-	2.094.725,90	-	(2.094.725,90)	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	-	(37.979,93)	-	(37.979,93)
A 31 de dezembro de 2019		7.171.829,00	585.598,53	8.826.187,90	(315.328,51)	2.031.957,43	18.300.244,35

As notas das páginas 62 a 119 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		24.193.727,58	23.101.523,45
Pagamentos a fornecedores		(14.928.702,34)	(14.244.089,51)
Pagamentos ao pessoal		(2.104.053,82)	(1.802.016,41)
Caixa gerada pelas operações		7.160.971,42	7.055.417,53
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(692.765,90)	(303.569,02)
Outros recebimentos/ pagamentos		(4.147.799,73)	(4.103.588,49)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		2.320.405,79	2.648.260,02
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos tangíveis		(3.169.497,12)	(5.246.957,50)
Ativos intangíveis		(140.891,13)	(60.148,92)
Recebimentos provenientes de			
Dividendos		226.457,32	261.226,09
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(3.083.930,93)	(5.045.880,33)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Doações		3.000.000,00	3.000.000,00
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		(2.285.734,00)	(2.254.534,00)
Juros e gastos e similares		(504.399,68)	(559.564,24)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		209.866,32	185.901,76
Varição de caixa e seus equivalentes		(553.658,82)	(2.211.718,55)
Caixa e seus equivalentes no início do período	20	4.133.431,83	6.345.150,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20	3.579.773,01	4.133.431,83

As notas das páginas 62 a 119 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1. Introdução

A Fundação Oceano Azul (também referida neste documento como “Fundação” ou “Grupo”), é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, instituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa, sito na Esplanada D. Carlos I – Doca dos Olivais, freguesia Parque das Nações, em Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

A Fundação tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano, procurando, em especial: (a) Desenvolver a literacia azul e a sensibilização da sociedade para os desafios da sustentabilidade do oceano; (b) Defender a conservação do oceano, promovendo a valorização da biodiversidade marinha e o desenvolvimento de usos sustentáveis; (c) Contribuir para uma nova governação do oceano, orientada por valores éticos e assente no conhecimento científico, bem como incentivar, através de ações de capacitação, uma economia azul inovadora e ambientalmente sustentável.

A Fundação recebeu, como dotação inicial em espécie da sua Fundadora, as ações da entidade Waterventures – Consultoria, Projetos e Investimentos, S.A. (doravante designada por “Waterventures”). Esta entidade foi constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos (SFMS) com o objetivo de comprar as ações do Oceanário de Lisboa, S.A. (de ora em diante designada por “Oceanário”), dado que não seria possível concluir o processo de instituição e reconhecimento da Fundação, em tempo útil. Durante o ano de 2017, e por forma a concretizar o objetivo inicial de ser a Fundação a deter as ações do Oceanário, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos (SFMS) e a Fundação decidiram extinguir a sociedade Waterventures, e, por conseguinte, a Fundação incorporou o património (ativos e passivos) da Waterventures, do qual se destacam as ações do Oceanário.

O Grupo tratado nas demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas (“Grupo”) é constituído pela Fundação Oceano Azul e as respetivas empresas subsidiárias e associadas (Nota 4).

O Grupo atua na promoção do conhecimento, conservação e utilização sustentável do oceano, bem como na criação, manutenção e exploração de um complexo de aquários oceânicos.

De salientar que a atividade da subsidiária Oceanário é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião 24 de março 2020. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, tendo o Grupo seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor ativos financeiros ao justo valor por resultados.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 7.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019:

a. IFRS 16 (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. A norma foi adotada pelo Grupo seguindo a abordagem retrospectiva modificada não tendo impactos significativos a 1 de janeiro de 2019.

b. IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

c. IAS 19 (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

d. IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjuntos, quando existam indicadores de imparidade. O Grupo tem uma participação financeira que é mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, desta forma esta alteração não teve impacto no Grupo.

e. Melhorias às normas 2015 – 2017. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

IAS 23, 'Custos de empréstimos obtidos'. Esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis.

IAS 12, 'Impostos sobre o rendimento'. Esta melhoria clarifica que os impactos fiscais dos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou o evento que deu origem aos dividendos.

IFRS 3, 'Concentrações de atividades empresariais' e IFRS 11, 'Acordos conjuntos'. Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente ao justo valor.

Interpretações

a. IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal

sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes’, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A adoção retrospectiva modificada desta interpretação não teve impacto no Grupo, dado que este tem uma postura prudente em situações fiscais com incerteza.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

a. IAS 1 e IAS 8 (alteração), ‘Definição de material’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

b. Estrutura concetual, ‘Alterações na referência a outras IFRS’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

c. IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), ‘Reforma das taxas de juro de referência’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto ‘IBOR reform’ do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito ‘altamente provável’; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

a. IFRS 3 (alteração), ‘Definição de negócio’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma

revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos ‘testes de concentração’ para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

a. IFRS 17 (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Não se perspectiva qualquer impacto relativamente a esta norma.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem.

3.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, refletem os ativos, passivos e resultados da Fundação e da sua subsidiária e os capitais próprios e resultados imputáveis através da participação financeira na sua empresa associada a 31 de dezembro de 2019.

1. Concentração de atividades empresariais

As alterações verificadas na participação do Grupo em empresas já controladas, das quais não resulta perda do controlo, são registadas em capital próprio. Consequentemente, os interesses do Grupo e os interesses sem controlo relativos àquelas empresas são ajustados de modo a refletir as alterações verificadas no controlo das subsidiárias. As diferenças verificadas entre o montante dos interesses sem controlo adquiridos ou alienados e o justo valor da aquisição ou da alienação, respetivamente, são reconhecidas em capital próprio.

2. Partes de capital em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do exercício de poder sobre a entidade.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos capitais próprios emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de ativos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os ativos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlam e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo valor justo quando o controle é perdido.

3. Partes de capital em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa. O Grupo exerce influência significativa quando tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem, todavia, exercer um controlo ou um controlo conjunto dessa política.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nas associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em associadas são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas associadas são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira consolidada. Quando a quota-parte das perdas destas entidades excede o valor do investimento nas Associadas, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

4. Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na

demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. O valor reconhecido de Goodwill é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior (Nota 11).

Na alienação de uma subsidiária o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

5 Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

6 Eliminação de saldos

Os saldos e transações entre empresas controladas pela Fundação, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra-grupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

3.2 Conversão cambial

I. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que o Grupo opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Grupo e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

II. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

III. Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira	Câmbio Médio		Câmbio Final do Período	
Moeda	2019	2018	31-12-2019	31-12-2018
USD	1,1195	1,1810	1,1234	1,1450
GBP	0,8778	0,8847	0,8508	0,8945
JPY	122,0100	130,4000	121,9400	125,8500
ZAR	16,1757	-	15,7773	-
HUF	325,3000	-	330,5300	-

3.3 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 2.5 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 2.5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos
Outras ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 10 anos

Dado que no final da concessão o Grupo tem direito a uma "indenização pelo valor contabilístico, descontados os subsídios, dos bens (...) criados, construídos, adquiridos ou instalados no cumprimento do contrato", as vidas úteis atribuídas pelo Conselho de Administração não estão condicionadas ao prazo de 30 anos do contrato de concessão.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, o Grupo mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o Grupo.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O Grupo tem registados como ativos intangíveis:

I. Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

II. Direitos de concessão – respeita ao custo de aquisição do direito de exploração do Oceanário de Lisboa, conforme contrato de concessão assinado com o Estado Português.

As principais condições contratuais do contrato de concessão são como segue:

/ O contrato de concessão de serviço público vigora por um prazo de 30 anos, e define que o estabelecimento da concessão é composto por bens móveis, imóveis, intangíveis e “ativos biológicos”;

- / É obrigação da concessionária “a realização de todas as obras de reparação e de conservação decorrentes da normal utilização dos bens afetos à Concessão, devendo assegurar a permanência destes bens em boas condições de exploração”;
- / A realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão;
- / As receitas da concessão são as receitas de bilheteira, receitas no âmbito das atividades comerciais relacionadas com a atividade de exploração do Oceanário e a comparticipação em taxas e juros de capitais e de aplicações de financeiras;
- / Os preços dos bilhetes “são livremente fixados pela Concessionária, sem prejuízo das obrigações de serviço público e de execução da política de responsabilidade social”;
- / Pela atribuição da concessão, a concessionária compromete-se a pagar uma contrapartida financeira, nos termos da cláusula 26ª, composta por: i) “uma componente de pagamento inicial, no montante de 10 milhões”; ii) uma componente anual composta por uma parte fixa de 1.3 milhões de euros, atualizada de acordo com o Índice do Preço Consumidor (“IPC”) a pagar em 12 prestações iguais; e iii) uma “componente variável de 5% sobre as receitas da Concessão”.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	Anos
Programas computador	Entre 3 a 10 anos
Direitos de concessão	30 anos
Outros ativos intangíveis	Entre 2 a 3 anos
Direito de uso	Entre 1 a 5 anos

3.5 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contabilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a.** uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que o Grupo espera obter do ativo;
- b.** as expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c.** o efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d.** outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que o Grupo espera obter do ativo.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas para o goodwill, não são reversíveis.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.6 Inventários

Os inventários incluem as mercadorias para venda na loja do Oceanário e são inicialmente mensurados pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

Os valores de inventário devem ser reduzidos para o seu valor realizável líquido, através do reconhecimento de perdas por imparidade, sempre que a diferença entre o valor realizável líquido e o custo sejam negativos. A imparidade em inventários deve ser revista a cada data de relato.

O custo é determinado através do método do custo médio ponderado, e é reconhecido quando o inventário é consumido, por contrapartida de "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas". O inventário é também desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo. Neste caso, o seu valor contabilístico é desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

3.7 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- I.** Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- II.** Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

I. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

II. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

III. Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira como “Clientes” (Nota 17) e “Outras contas a receber” (Nota 14) e são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

A cada data de relato o Grupo avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista uma evidência objetiva de imparidade, o Grupo reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados e

3.8 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que o Grupo receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e

custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

O Grupo também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Entidade aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

3.9 Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados. Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo ou custo amortizado menos imparidade.

3.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.11 Fundos patrimoniais

As dotações iniciais do Fundador, conforme definido nos estatutos da Fundação são registadas no Fundo de Capital e registadas na data da confirmação da sua atribuição.

3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- I. Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- II. Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 24), “Instrumentos financeiros derivados” (Nota 25) “Fornecedores” (Nota 27) e “Outras contas a pagar” (Nota 26). Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Quando um instrumento financeiro de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas, em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

3.13 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da Entidade.

3.14 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15 Fornecedores e outras contas a pagar

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

3.16 Custos com empréstimos obtidos

Juros e outros custos incorridos pelo Grupo, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades do Grupo, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

3.17 Instrumentos financeiros derivados

A Fundação utiliza instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta, não utilizando derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram cumulativamente, com as seguintes condições:

- a.** à data do início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- b.** existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação (prospectivamente) e ao longo da operação (retrospectivamente);
- c.** a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- d.** para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Para a mensuração dos derivados, a Fundação utiliza as avaliações fornecidas pelas contrapartes como base para o reconhecimento do seu justo valor à data de fecho do exercício.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). Os ganhos ou

perdas relacionadas com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

3.18 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no Fundo Patrimonial.

Imposto corrente - Fundação

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, sendo para efeitos da legislação fiscal uma entidade que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no seu rendimento global ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Fiscal durante um período de 4 anos.

A Fundação é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%.

Imposto corrente – Subsidiárias

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

As Empresas são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável. Adicionalmente, a Entidade encontra-se sujeita a Derrama Estadual, quando os lucros tributáveis excedam os 1.500.000€, com a seguinte incidência:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000€ e 7.500.000€;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000€ e 35.000.000€;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000€.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Não existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente ao Imposto sobre o rendimento do Grupo.

3.19 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 37, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Grupo a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Contratos onerosos

O grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Fundação tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

3.20 Ativos contingentes

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais O Grupo não tem controlo.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, mas são divulgados nas notas anexas, conforme nota 37, quando a sua ocorrência é provável.

3.21 Locações

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- I. ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- II. depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A Fundação adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Fundação reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, a Fundação descontou os pagamentos das locações usando a taxa média de 4,22% associada aos respetivos contratos de locação.

3.22 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.23 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bilhetes de ingresso para as exposições do Grupo, das mercadorias na loja do Oceanário e de outras prestações de serviços no decurso normal da atividade do Grupo, tais como alugueres de espaços, arrendamentos/concessões, recebimento de donativos, entre outros. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para o Grupo.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O Rédito do Grupo corresponde, maioritariamente, à bilheteira obtida das entradas de visitantes no Oceanário e nas exposições temáticas, às rendas obtidas pela cedência do espaço de loja e restauração no edifício de apoio ao

Oceanário e dos donativos recebidos. O R dito da bilheteira   reconhecido na data em que se realiza a visita, o r dito da ced ncia do espa o   reconhecido ao longo do per odo de contrato e os donativos recebidos, com destino a financiar a realiza o dos fins estatut rios s o contabilizados pela totalidade em rendimentos do per odo.

3.24 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabil stico a ser dado a eventos ocorridos ap s a data de relato, e antes da data de emiss o das demonstra es financeiras consolidadas.

Eventos que ocorreram ap s a data de relato, e antes da emiss o das demonstra es financeiras consolidadas, que fornecem informa es adicionais, ou confirmam situa es pendentes na data de relato s o ajustados neste conjunto de demonstra es financeiras.

Eventos que ocorreram ap s a data de relato e antes da emiss o destas demonstra es financeiras consolidadas, que n o s o relacionadas com situa es que existiam   data de relato, n o d o origem a ajustamentos nas demonstra es financeiras consolidadas, sendo divulgados, se considerados materiais.

4. Per metro de consolida o

4.1 Empresas includidas

O controlo do Grupo   assegurado pela Entidade-m e, Funda o Oceano Azul.

As empresas includidas na consolida o pelo m todo integral, suas sedes sociais e propor o do capital detido em 31 de dezembro de 2019 e 2018, s o as seguintes:

Denomina�o Social	Atividade	Sede	% Controlo
Oceanário de Lisboa S.A.	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100,00%

4.2 Altera es no per metro de consolida o

N o existem altera es ao per metro de consolida o a reportar.

5. Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas s o registados pelo m todo da equival ncia patrimonial. As suas sedes e a propor o do capital detido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pelo Grupo s o como segue:

Denominação Social	Atividade	Sede	% capital detido 2019	% capital detido 2018
Telecabine Lisboa Limitada	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	30%

Esta participação na Telecabine é detida pelo Oceanário. Existiu uma alteração na % de detenção no decorrer do exercício de 2019 conforme mencionado na nota 10 deste anexo.

6. Políticas de gestão do risco financeiro

6.1 Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Grupo é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, assim como políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

I. Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida essencialmente em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

II. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários do Grupo, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa”, é a seguinte:

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos bancários		
AA+	-	-
AA-	-	-
A	3.551.983,27	4.090.901,03
A-	-	-
Outros sem rating	27.789,74	42.530,80
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	3.579.773,01	4.133.431,83
Outros ativos financeiros		
AA	-	-
AA-	-	-
A+	-	-
A	-	-
Outros sem rating	1.032.861,83	842.185,25
Outros ativos financeiros	1.032.861,83	842.185,25

(Fonte: Standard & Poor's)

Regra geral os clientes e outras contas a receber do Grupo não têm rating de crédito atribuído.

III. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro do Grupo.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento e os investimentos.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vencidos:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2019			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	2.786.616,35	10.675.264,39	4.315.880,02
- descobertos bancários	-	-	-
- outros financiamentos	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	6.400.149,08	5.632.694,44	36.291.525,18
	9.186.765,44	16.307.958,82	40.607.405,20

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2018			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	2.811.524,23	10.287.378,30	6.762.274,11
- descobertos bancários	-	-	-
- outros financiamentos	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	6.145.335,41	5.687.520,60	39.075.123,65
	8.956.859,64	15.974.898,90	45.837.397,76

IV. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

No entanto, para alguns financiamentos obtidos, parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

Análise de sensibilidade dos gastos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base nos financiamentos obtidos do Grupo a taxas variáveis, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018.

31 de dezembro de 2019:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos do Grupo em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 293.703,29 euros.

31 de dezembro de 2018:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos do Grupo em 31 de dezembro de 2018, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 370.030,11 euros.

6.2 Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

	31.12.2019	31-12-2018
Financiamentos obtidos (Nota 24)	16.011.415,06	18.290.189,42
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	3.579.773,01	4.133.431,83
Dívida Líquida	12.431.642,05	14.156.757,59
Capitais próprios	18.300.244,35	16.306.266,85
Capital Total	30.731.886,40	30.463.024,44
Gearing	40%	46%

7. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Julgamentos

7.1 Classificação do contrato de concessão

Tal como referido na Nota 1 e Nota 3.4, o Grupo tem atribuído um Contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa”. No âmbito da aplicação das IFRS, existe uma interpretação, a IFRIC 12 – ‘Contratos de concessão de serviço’, que determina a contabilização dos investimentos efetuados e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão quando determinadas condições estão cumpridas cumulativamente:

- a.** o contrato tem por objeto a prestação de um serviço público;
- b.** o concedente controla ou regula quais os serviços a prestar, a quem são prestados e porque preço; e
- c.** o concedente controla qualquer interesse residual significativo na infraestrutura.

Da avaliação efetuada pela gestão conclui-se que: i) apesar do contrato ser denominado como serviço público, a exploração do “Oceanário de Lisboa” constitui uma atividade lúdica não correspondendo à prestação de um serviço essencial à subsistência dos cidadãos nas condições sociais existentes, tal como previsto na IFRIC 12. Para além disso também se verifica que o Estado Português não exerce qualquer controlo direto ou indireto sobre os preços praticados pelo Grupo.

Desta forma a gestão conclui que os princípios subjacentes à aplicação da IFRIC 12 não se aplica ao contrato de concessão negociado com o Estado Português.

7.2 Obrigações contratuais assumidas

No âmbito do contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” é atribuída ao Grupo a responsabilidade pela “realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão”.

A gestão efetuou a sua avaliação sobre se estas condições contratuais constituem uma obrigação contratual a registar no início do contrato de concessão como uma provisão por contrapartida do ativo intangível e concluiu que contrato de concessão de exploração e administração, não cumpre com as condições para o classificar como um contrato de serviço de concessão no âmbito da IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços, e consequentemente o tratamento contabilístico que lhe está subjacente, nomeadamente pelos seguintes motivos:

- I.** O Oceanário de Lisboa tem a liberdade de fixar os preços do serviço que presta e o preço que pratica inclui a recuperação do investimento efetuado em bens de substituição;
- II.** a responsabilidade de substituição de bens da concessão não ocorre apenas no final do contrato, mas ao longo da concessão e sempre que seja necessário manter/repor a qualidade e a segurança do serviço prestar; e
- III.** O Oceanário de Lisboa tem direito a receber o Valor Líquido Contabilístico que estes ativos tiverem no final da concessão

7.3 Classificação dos Ativos - Peixes/animais

No âmbito do contrato de concessão, foi concedido ao Grupo, para a prestação do serviço público, o acesso a determinados animais nos termos do capítulo IV do contrato da concessão, os quais constituem ativos do Concedente.

Relativamente aos animais adquiridos pelo Grupo após a data de concessão, verificando-se não ser o objetivo do Grupo a produção de animais e algas para a posterior venda, mas sim a sua exposição nos aquários e nas exposições permanentes, a gestão considera que estes não devem ser classificados como ativos biológicos, mas sim como ativos fixos tangíveis nos casos em que se considere que a respetiva vida útil é superior a 12 meses.

Atendendo à materialidade dos montantes envolvidos, dimensão física dos animais, tipo de espécie e respetiva longevidade média determinada pelos biólogos do Grupo, tendo por base as condições dos aquários, da longevidade média das espécies, e o histórico existente desde 1998, a gestão decidiu registar os montantes despendidos como gastos do período.

7.4 Exercício de influência significativa

O Grupo detém um interesse na Telecabine de Lisboa, Lda. O Grupo exerce influência significativa sobre esta entidade, dado que a sua participação de 25 % lhe permite nomear um gerente.

Estimativas

7.5 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades do setor ao nível internacional.

7.6 Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

7.7 Imparidade em investimentos em subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Uma vez que a concessão do direito de exploração dos equipamentos que compõem o Oceanário se iniciou a 9 de junho de 2015 e tem uma duração limitada a trinta anos, o grupo optou por considerar uma imparidade correspondente à proporção do período de concessão decorrido. Desta forma foi considerada uma perda total anual de 748.512 euros.

7.8 Imposto sobre o rendimento

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- / A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- / As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Conselho de Administração

8. Ativos tangíveis

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os movimentos registrados na rubrica de ativos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2019							
Custo de aquisição	7.127.303,32	3.694.438,43	157.515,22	1.214.910,74	538.768,23	1.136.595,21	13.869.531,15
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(2.251.039,43)	(2.642.148,77)	(95.614,49)	(675.243,35)	(328.884,84)	-	(5.992.930,88)
Valor líquido	4.876.263,89	1.052.289,66	61.900,73	539.667,39	209.883,39	1.136.595,21	7.876.600,28
Movimento de 2019							
Adições	482.525,43	165.828,05	22.014,06	260.330,63	90.792,52	1.762.354,79	2.783.845,48
Transferências e abates	162.750,79	45.102,00	-	-	-	(207.852,79)	-
Depreciação - exercício	(637.315,58)	(198.709,29)	(17.652,28)	(130.288,47)	(50.298,24)	-	(1.034.263,86)
Valor líquido	4.884.224,53	1.064.510,42	66.262,51	669.709,55	250.377,67	2.691.097,21	9.626.181,90
31 de dezembro de 2019							
Custo de aquisição	7.772.579,54	3.905.368,48	179.529,28	1.475.241,37	629.560,77	2.691.097,21	16.653.376,65
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(2.888.355,01)	(2.840.858,06)	(113.266,77)	(805.531,82)	(379.183,08)	-	(7.027.194,74)
Valor líquido	4.884.224,53	1.064.510,42	66.262,51	669.709,55	250.377,69	2.691.097,21	9.626.181,90
1 de janeiro de 2018							
Custo de aquisição	3.773.305,35	3.338.665,11	105.985,62	763.564,42	469.413,32	508.137,89	8.959.071,71
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.775.719,93)	(2.455.949,37)	(81.828,79)	(584.266,92)	(355.016,18)	-	(5.252.781,19)
Valor líquido	1.997.585,42	882.715,74	24.156,83	179.297,50	114.397,14	508.137,89	3.706.290,52
Movimento de 2018							
Adições	1.700.119,73	141.924,32	51.529,60	464.039,91	133.588,78	2.509.482,81	5.000.685,15
Alienações	-	-	-	(6.348,60)	-	-	(6.348,60)
Transferências e abates	1.653.878,24	213.849,00	-	(6.344,98)	(64.233,87)	(1.881.025,49)	(83.877,10)
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	(475.319,50)	(186.627,30)	(13.785,70)	(98.252,28)	(38.117,12)	-	(812.101,90)
Depreciação - alienações	-	-	-	952,29	-	-	952,29
Depreciação- transf. e abates	-	427,90	-	6.323,56	64.248,46	-	70.999,92
Valor líquido	4.876.263,89	1.052.289,66	61.900,73	539.667,40	209.883,39	1.136.595,21	7.876.600,28
31 de dezembro de 2018							
Custo de aquisição	7.127.303,32	3.694.438,43	157.515,22	1.214.910,75	538.768,23	1.136.595,21	13.869.531,16
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(2.251.039,43)	(2.642.148,77)	(95.614,49)	(675.243,35)	(328.884,84)	-	(5.992.930,88)
Valor líquido	4.876.263,89	1.052.289,66	61.900,73	539.667,40	209.883,39	1.136.595,21	7.876.600,28

Os ativos tangíveis compreendem as obras nos edifícios, o equipamento básico necessário ao funcionamento do Oceanário e edifício do mar, o equipamento administrativo e de transporte.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se ao seguinte:

2019

/ Infraestrutura para a exposição temporária “ONE - O mar como nunca o sentiu” a inaugurar em 2020.

2018

/ Infraestrutura para a exposição temporária “ONE - O mar como nunca o sentiu” a inaugurar em 2020.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

No exercício de 2018 ocorreram abates de equipamentos do ativo fixo tangível no montante de 83.877,10 euros, referentes a diversos bens que se encontravam em mau estado de conservação e sem possibilidade de utilização. Em resultado deste abate, foi registada uma perda no montante de 12.877,18 euros, referente aos bens que não estavam totalmente depreciados.

9. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis para os períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 estava discriminada na seguinte forma:

	Projectos de desenvolvimento	Programas computador	Direitos de concessão	Outros ativos intangíveis	Direitos de uso	Ativos intangíveis em curso	Total
A 1 de janeiro de 2019							
Custo de aquisição	145.964,08	219.036,77	39.803.619,41	199.115,09	-	20.000,00	40.387.735,35
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(145.964,08)	(169.525,71)	(4.670.338,90)	(152.227,47)	-	-	(5.138.056,16)
Valor líquido	-	49.511,06	35.133.280,51	46.887,62	-	20.000,00	35.249.679,19
Alteração de política contabilística	-	-	-	-	41.868,16	-	41.868,16
Adições	2.100,00	-	-	10.219,65	40.068,52	141.235,75	193.623,92
Amortização - exercício	(583,28)	(17.352,14)	(1.326.453,97)	(22.237,97)	(19.306,4)	-	(1.385.933,79)
Valor líquido	1.516,72	32.158,92	33.806.826,54	34.869,30	62.630,25	161.235,75	34.099.237,48
31 de dezembro de 2019							
Custo de aquisição	148.064,08	219.036,77	39.803.619,41	209.334,74	81.936,68	161.235,75	40.623.227,43
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(146.547,36)	(186.877,85)	(5.996.792,87)	(174.465,44)	(19.306,43)	-	(6.523.989,95)
Valor líquido	1.516,72	32.158,92	33.806.826,54	34.869,30	62.630,25	161.235,75	34.099.237,48

	Projectos de desenvolvimento	Programas computador	Direitos de concessão	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
A 1 de janeiro de 2018						
Custo de aquisição	145.964,08	158.631,93	39.803.619,41	151.379,76	40.038,61	40.299.633,79
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(145.964,08)	(148.701,44)	(3.343.884,93)	(137.080,69)	-	(3.775.631,14)
Valor líquido	-	9.930,49	36.459.734,48	14.299,07	40.038,61	36.524.002,65
Adições	-	24.684,13	-	24.217,43	39.200,00	88.101,56
Transferências e abates	-	35.720,71	-	23.517,90	(59.238,61)	-
Amortização - exercício	-	(20.824,27)	(1.326.453,97)	(15.146,78)	-	(1.362.425,02)
Valor líquido	-	49.511,06	35.133.280,51	46.887,62	20.000,00	35.249.679,19
31 de dezembro de 2018						
Custo de aquisição	145.964,08	219.036,77	39.803.619,41	199.115,09	20.000,00	40.387.735,35
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(145.964,08)	(169.525,71)	(4.670.338,90)	(152.227,47)	-	(5.138.056,16)
Valor líquido	-	49.511,06	35.133.280,51	46.887,62	20.000,00	35.249.679,19

Os ativos intangíveis referem-se:

- I. Direito de concessão – o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Empresa se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.
- II. Direitos de uso – o valor registado nesta rubrica refere-se a locações ao abrigo da IFRS 16 reconhecidos pelo Grupo. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas.
- III. Ativos intangíveis em curso – referem-se essencialmente ao projeto de arquitetura de 150.000 euros relativo ao Projeto de Expansão do Oceanário de Lisboa.

10. Investimentos em associadas

O detalhe dos movimentos registados em 2019 e 2018, relativamente aos investimentos em associadas, é como segue:

	2019	2018
1 janeiro	897.218,38	893.378,65
Ganhos / (Perdas) por alteração % detenção capital	(19.062,69)	-
Ganhos / (Perdas) por equivalência patrimonial	248.647,47	265.065,82
Distribuição de Dividendos	(226.457,32)	(261.226,09)
31 dezembro	900.345,84	897.218,38

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos em associadas referem-se ao investimento na Telecabine de Lisboa, Lda., conforme segue:

31.12.2019								
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	900.345,84	-		900.345,84	291.698,38
				900.345,84	-		900.345,84	291.698,38

31.12.2018								
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	30%	897.218,38	-		897.218,38	291.698,38
				897.218,38	-		897.218,38	291.698,38

Durante o exercício de 2019 ocorreu uma alteração na % de detenção da Telecabine de 30% em 2018 para 25% em 2019, derivado de um aumento de capital efetuado pelos outros sócios da Telecabine, não tendo sido efetuado esse aumento pelo Oceanário de Lisboa na sua proporção.

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras da Telecabine, são como segue:

	31.dez.19	31.mar.19	31.dez.18	31.mar.18
	Telecabine	Telecabine	Telecabine	Telecabine
Ativos				
Não correntes	136.806,54	173.140,12	194.519,22	195.328,21
Correntes	2.833.652,90	2.422.889,02	2.222.164,83	2.098.574,33
	2.970.459,44	2.596.029,14	2.416.684,05	2.293.902,54
Passivos				
Não correntes	-	-	-	-
Correntes	535.869,58	250.199,85	171.046,23	223.148,92
	535.869,58	250.199,85	171.046,23	223.148,92
Capital Próprio	2.434.589,86	2.345.829,29	2.245.637,82	2.070.753,62
	2.434.589,86	2.345.829,29	2.245.637,82	2.070.753,62

	2019	2018
	Telecabine	Telecabine
Atividade no ano	abr-dez	abr-nov
Rendimentos	2.257.673,32	2.040.838,69
Gastos	(976.259,27)	(995.200,87)
Imposto s/ rendimento	(286.824,19)	(235.268,51)
Resultado líquido	994.589,86	810.369,31
Outros rendimentos integrais	-	-
Rendimentos integrais totais	994.589,86	810.369,31

A atividade do ano refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os proveitos reconhecidos na Entidade são alusivos ao período de janeiro a dezembro.

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contábilístico dos investimentos em associadas é como segue:

	2019	2018
	Telecabine	Telecabine
Ativos líquidos a 1 de janeiro	1.200.000,00	1.200.000,00
Resultado líquido	994.589,86	810.369,31
Outros movimentos em capital próprio	240.000,00	-
Diferenças de câmbio	-	-
Ativos líquidos a 31 de dezembro	2.434.589,86	2.010.369,31
% participação	25,00%	30,00%
Participação financeira nas associadas	608.647,47	603.110,79
Goodwill	291.698,38	291.698,38
Outros ajustamentos	-	2.409,21
Valor líquido apurado	900.345,84	897.218,38
Valor líquido contábilístico	900.345,84	897.218,38
Diferenças de reconciliação	-	-

Os ativos líquidos acima apresentados referem-se aos períodos de 1 abril 2019 e 2018 a 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

11. Goodwill

No decurso dos exercícios de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos na rubrica de goodwill detalham-se como segue:

Oceanário de Lisboa	
A 1 de janeiro de 2019	
Valor bruto	22.205.926,51
Imparidade acumulada	(2.432.669,09)
Valor líquido	19.773.257,42
Adições	
Imparidade - exercício	(748.512,00)
Valor líquido	19.024.745,42
31 de dezembro de 2019	
Valor bruto	22.205.926,51
Imparidade acumulada	(3.181.181,09)
Valor líquido	19.024.745,42
Oceanário de Lisboa	
A 1 de janeiro de 2018	
Valor bruto	22.205.926,51
Imparidade acumulada	(1.684.157,09)
Valor líquido	20.521.769,42
Adições	
Imparidade - exercício	(748.512,00)
Valor líquido	19.773.257,42
31 de dezembro de 2018	
Valor bruto	22.205.926,51
Imparidade acumulada	(2.432.669,09)
Valor líquido	19.773.257,42

12. Ativos e passivos financeiros por categoria

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

31.12.2019	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	3.579.773,01	-	-	-	-	3.579.773,01
Clientes	398.362,09	-	-	-	-	398.362,09
Outras contas a receber	634.499,74	-	-	-	-	634.499,74
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	12.938,19	-	-	12.938,19
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros	4.612.634,84	-	12.938,19	-	-	4.625.573,03
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	64.498.348,04	64.498.348,04
Total ativo	4.612.634,84	-	-	-	64.498.348,04	69.123.921,07
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	16.011.415,06	-	16.011.415,06
Instrumntos financeiros derivados	-	315.328,51	-	-	-	315.328,51
Fornecedores	-	-	-	656.785,75	-	656.785,75
Outras contas a pagar	-	-	-	33.784.478,76	-	33.784.478,76
Total passivos financeiros	-	315.328,51	-	50.452.679,57	-	50.768.008,08
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	118.298,89	118.298,89
Total passivo	-	315.328,51	-	50.452.679,57	118.298,89	50.886.306,97

31.12.2018	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4.133.431,83	-	-	-	-	4.133.431,83
Clientes	299.910,61	-	-	-	-	299.910,61
Outras contas a receber	542.274,64	-	-	-	-	542.274,64
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	6.937,59	-	-	6.937,59
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros	4.975.617,08	-	6.937,59	-	-	4.982.554,67
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	64.047.428,99	64.047.428,99
Total ativo	4.975.617,08	-	-	-	64.047.428,99	69.029.983,66
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	18.290.189,42	-	18.290.189,42
Instrumentos financeiros derivados	-	277.348,58	-	-	-	277.348,58
Fornecedores	-	-	-	1.959.560,54	-	1.959.560,54
Outras contas a pagar	-	-	-	32.000.183,25	-	32.000.183,25
Total passivos financeiros	-	277.348,58	-	52.249.933,21	-	52.527.281,79
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	196.435,02	196.435,02
Total passivo	-	277.348,58	-	52.249.933,21	196.435,02	52.723.716,81

13. Justo valor de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros

31 de dezembro de 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12.938,19	-	-	12.938,19
	12.938,19	-	-	12.938,19
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	315.328,51	-	315.328,51
	-	315.328,51	-	315.328,51
31 de dezembro de 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6.937,59	-	-	6.937,59
	6.937,59	-	-	6.937,59
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	277.348,58	-	277.348,58
	-	277.348,58	-	277.348,58

A mensuração do justo valor do instrumento financeiro derivado (Swap) baseia-se nas avaliações fornecidas pelo Banco Santander Totta.

14. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como segue:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de rendimentos i)	68.475,10	-	68.475,10	57.226,19	-	57.226,19
Estado e outros entes públicos ii)	120.634,50	-	120.634,50	114.342,66	-	114.342,66
Diferimentos ativos iii)	44.828,45	28.889,33	73.717,78	75.381,97	28.889,33	104.271,30
Outros devedores iv)	31.262,85	-	31.262,85	38.779,41	-	38.779,41
Adiantamento a fornecedores	338.412,71	-	338.412,71	227.655,08	-	227.655,08
Pessoal	1.996,80	-	1.996,80	-	-	-
	605.610,41	28.889,33	634.499,74	513.385,31	28.889,33	542.274,64
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	605.610,41	28.889,33	634.499,74	513.385,31	28.889,33	542.274,64

I. Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é o seguinte:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Juros a receber	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	68.475,10	-	68.475,10	57.226,19	-	57.226,19
Acréscimos de rendimentos	68.475,10	-	68.475,10	57.226,19	-	57.226,19

II. Estado e outros entes públicos – nesta rubrica são registados os saldos de tributos a receber / a recuperar junto do Estado. O detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
IVA	120.634,50	-	114.342,66	-
	120.634,50	-	114.342,66	-

III. Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com fornecimentos e serviços externos	37.151,14	28.889,33	66.040,47	25.363,54	28.889,33	54.252,87
Gastos com o Pessoal	3.002,57	-	3.002,57	1.854,05	-	1.854,05
Outros gastos	4.674,74	-	4.674,74	48.164,38	-	48.164,38
Diferimentos ativos	44.828,45	28.889,33	73.717,78	75.381,97	28.889,33	104.271,30

IV. Outros devedores – a decomposição dos outros devedores a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31-12-2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores - grupo	-	-	-	-	-	-
Outros devedores - não grupo	31.262,85	-	31.262,85	38.779,41	-	38.779,41
Outros devedores	31.262,85	-	31.262,85	38.779,41	-	38.779,41

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, não estavam reconhecidas quaisquer perdas por imparidade sobre os saldos a receber de terceiros.

Para o período apresentado não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

15. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

Os montantes de imposto sobre o rendimento corrente e diferido registados no exercício de 2019 e 2018, são como segue:

	2019	2018
Demonstração dos Resultados		
Imposto diferido	11.629,14	-
Imposto corrente	(675.050,54)	(598.292,50)
	(663.421,40)	(598.292,50)

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2019	2018
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	11.629,14	-
	11.629,14	-
Impacto líquido dos impostos diferidos		
	11.629,14	-

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Diferenças temporárias dedutíveis - Donativos	Total
A 1 de janeiro de 2019		
Período findo em 31 de dezembro		
Constituição por resultados	11.629,14	11.629,14
Movimento do período	11.629,14	11.629,14
A 31 de dezembro de 2019	11.629,14	11.629,14

16. Inventários

O detalhe de inventários, à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
Mercadorias	415.798,81	250.673,72
Total inventários	415.798,81	250.673,72

As mercadorias referem-se a artigos para venda na loja do Oceanário de Lisboa.

O custo dos inventários reconhecidos em resultados do exercício em 2019 e 2018, incluídos na linha "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", ascendeu a 839.002,98 euros e a 662.140,86 euros respetivamente.

17. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados do Grupo correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT").

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2019	2018
A 1 de janeiro	6.937,59	3.188,86
Dotações	5.936,35	3.568,70
Variações de justo valor	64,25	180,03
Utilizações	-	-
A 31 de dezembro	12.938,19	6.937,59

18. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31-12-2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Não-grupo	398.362,09	-	398.362,09	299.910,61	-	299.910,61
Clientes de cobrança duvidosa	31.864,25	-	31.864,25	31.864,25	-	31.864,25
	430.226,34	-	430.226,34	331.774,86	-	331.774,86
Imparidade clientes	(31.864,25)	-	(31.864,25)	(31.864,25)	-	(31.864,25)
Total clientes	398.362,09	-	398.362,09	299.910,61	-	299.910,61

A variação da rubrica de perdas de imparidade durante os períodos de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
A 1 de janeiro	(31.864,25)	(31.864,25)
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de dezembro	(31.864,25)	(31.864,25)

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2019	2018
não vencidos	-	-
de 6 a 12 meses	-	-
de 12 a 18 meses	-	-
de 18 a 24 meses	-	-
superior a 24 meses	31.864,25	31.864,25
Total	31.864,25	31.864,25

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2019	2018
não vencidos	392.018,72	299.497,11
de 6 a 12 meses	3.680,78	413,50
de 12 a 18 meses	2.662,59	-
de 18 a 24 meses	-	-
superior a 24 meses	-	-
Total	398.362,09	299.910,61

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

19. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	364.740,81	-	-	196.435,02
	364.740,81	-	-	196.435,02

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2019	2018
Imposto Corrente		
Pagamentos por conta	477.219,00	361.902,00
Retenções na fonte	543.460,47	43.212,51
Estimativa de IRC	(655.938,66)	(601.549,53)
Total	364.740,81	(196.435,02)

O valor de retenções na fonte de 2019 encontra-se influenciado pela aplicação da taxa de 25% sobre os dividendos distribuídos pelo Oceanário de Lisboa à Fundação Oceano Azul (o valor ilíquido de dividendos distribuídos foi de 2.005.293 Euros).

20. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	27.789,74	42.530,80
Depósitos bancários	3.551.983,27	4.090.901,03
Caixa e equivalentes de caixa	3.579.773,01	4.133.431,83

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	27.789,74	42.530,80
Depósitos bancários	3.551.983,27	4.090.901,03
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)	3.579.773,01	4.133.431,83
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)	-	-
	3.579.773,01	4.133.431,83

21. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, os fundos da Fundação Oceano Azul, no montante de 7.171.829 euros, encontravam-se totalmente subscritos e realizados e referem-se às dotações da Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e detalham-se da seguinte forma:

Dotação em espécie: 6.921.829 Euros

Dotação em dinheiro: 250.000 Euros

A dotação inicial da Fundadora em espécie refere-se à transmissão de uma participação financeira da entidade Waterventures.

22. Outras reservas e resultados transitados

22.1 Outras reservas

A rubrica “Outras Reservas” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018:

	Outras reservas	Total
A 1 de janeiro de 2018	585.598,53	585.598,53
Aplicação de resultados	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-
A 31 de dezembro de 2018	585.598,53	585.598,53
Aplicação de resultados	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-
A 31 de dezembro de 2019	585.598,53	585.598,53

A rubrica de outras reservas em 2019 no montante de 585.598,53 euros refere-se ao valor registado em Fundos Patrimoniais resultante da incorporação da Waterventures no ano de 2017.

Estes valores só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados (nr. 2 art.º 32 do CSC).

22.2 Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Resultados transitados
A 1 de janeiro de 2018	(721.909,37)
Aplicação do resultado líquido 2017	7.453.371,37
A 31 de dezembro de 2018	6.731.462,00
Aplicação do resultado líquido 2018	2.094.725,90
A 31 de dezembro de 2019	8.826.187,90

23. Outras variações nos fundos patrimoniais

A rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
A 1 de janeiro de 2018	(260.503,01)	(260.503,01)
Variação justo valor Swap	(16.845,57)	(16.845,57)
A 31 de dezembro de 2018	(277.348,58)	(277.348,58)

	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
A 1 de janeiro de 2019	(277.348,58)	(277.348,58)
Variação justo valor Swap	(37.979,93)	(37.979,93)
A 31 de dezembro de 2019	(315.328,51)	(315.328,51)

A variação do justo valor do instrumento derivado de cobertura (swap), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi negativa no montante de 37.979,93 e de 16.845,57 euros, respetivamente.

24. Financiamentos obtidos

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final dos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários i)						
Santander Totta	2.313.270,81	13.698.144,25	16.011.415,06	2.278.774,36	16.011.415,06	18.290.189,42
	2.313.270,81	13.698.144,25	16.011.415,06	2.278.774,36	16.011.415,06	18.290.189,42

I. O Grupo contraiu junto do Santander Totta dois empréstimos bancários em 28 de setembro de 2015.

a. um empréstimo bancário no montante inicial de 15.000.000 euros, com o prazo de 10 anos.

Para este financiamento bancário foi contratado com o Banco SantanderTotta um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows.

Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações do Oceanário de Lisboa, S.A.. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

b. um empréstimo no montante inicial de 10.000.000 euros, com o prazo de 12 anos, necessário para o cumprimento do pagamento inicial, contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português

Adicionalmente foi contratada uma linha de financiamento a curto prazo no montante de 3.000.000 euros, o qual ainda não foi utilizado.

As maturidades dos financiamentos do Grupo são como segue:

	2019	2018
Até 1 ano	2.313.270,81	2.278.774,36
Entre 2 e 5 anos	9.536.119,50	9.392.836,82
Superior a 5 anos	4.162.024,76	6.618.578,24
	16.011.415,06	18.290.189,42

A variação dos financiamentos do Grupo são como segue:

SantanderTotta	
1 de janeiro de 2019	
Valor inicial	18.290.189,42
Movimento de 2019	
Diminuições:	
Fluxos de caixa financiamento	(2.285.734,00)
Custo amortizado IS	6.959,64
31 de dezembro de 2019	
Saldo final	16.011.415,06

SantanderTotta	
1 de janeiro de 2018	
Valor inicial	20.537.069,58
Movimento de 2018	
Diminuições:	
Fluxos de caixa financiamento	(2.254.534,00)
Custo amortizado IS	7.653,84
31 dezembro 2018	
Saldo final	18.290.189,42

25. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos Instrumentos financeiros derivados apresenta os seguintes valores:

	31.12.2019				31.12.2018			
	Notional	Passivo			Notional	Passivo		
		Corrente	Não corrente	Total		Corrente	Não corrente	Total
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa								
Swap taxa de juro	9.372.800,00	-	315.328,51	315.328,51	10.825.200,00	-	277.348,58	277.348,58
Total de derivados designados como cobertura		-	315.328,51	315.328,51		-	277.348,58	277.348,58
Total de derivados		-	315.328,51	315.328,51			277.348,58	277.348,58

Cobertura de fluxos de caixa - Swaps de taxa de juro

O Grupo procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de alguns empréstimos, através da contratação de Swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto.

26. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos i)	1.203.225,26	28.218.771,73	29.421.996,99	706.395,70	28.647.681,83	29.354.077,53
Acréscimos de gastos ii)	3.486.111,05	-	3.486.111,05	2.413.311,89	-	2.413.311,89
Estado e outros entes públicos iii)	704.034,14	-	704.034,14	165.335,04	-	165.335,04
Adiantamento de Clientes	9.462,62	-	9.462,62	8.157,96	-	8.157,96
Diferimentos passivos iv)	43.554,97	-	43.554,97	7.116,43	-	7.116,43
Outras operações com o pessoal	24,82	-	24,82	12,48	-	12,48
Responsabilidades com locações	40.990,71	25.785,90	66.776,61	-	-	-
Outros credores	52.517,56	-	52.517,56	52.171,92	-	52.171,92
Outras dívidas a pagar	5.539.921,13	28.244.557,63	33.784.478,76	3.352.501,42	28.647.681,83	32.000.183,25

I. Fornecedores de investimentos – o saldo desta rubrica inclui o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa atualizada pela inflação durante os 30 anos do contrato de concessão. O valor registado corresponde ao valor descontado das rendas a pagar considerando uma taxa de juro incremental que o Grupo obterá num financiamento para o mesmo prazo, valor e colateral.

Os movimentos registados nos exercícios de 2019 e 2018 relativamente à mensuração do direito da concessão registados como ativo intangível é como segue:

	Valor
Saldo a 01/01/2018	29.242.595,61
Juro do período	1.104.619,03
Reembolso	(1.353.998,57)
Atualização por inflação	18.713,29
Saldo a 31/12/2018	29.011.929,36
Juro do período	998.608,49
Reembolso	(1.362.855,98)
Atualização por inflação	19.088,17
Saldo a 31/12/2019	28.666.770,04

II. Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com o pessoal	1.004.357,27	-	1.004.357,27	873.058,58	-	873.058,58
Gastos fornecimentos e serviços externos	2.202.787,74	-	2.202.787,74	1.492.071,29	-	1.492.071,29
Gastos com o financiamento	25.403,04	-	25.403,04	16.183,48	-	16.183,48
Outros gastos	253.563,00	-	253.563,00	31.998,54	-	31.998,54
Acréscimos de gastos	3.486.111,05	-	3.486.111,05	2.413.311,89	-	2.413.311,89

III. Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Retenções imposto sobre o rendimento	564.741,07	-	564.741,07	56.346,47	-	56.346,47
IVA	71.175,81	-	71.175,81	45.797,67	-	45.797,67
Contribuições para a segurança social	68.117,26	-	68.117,26	63.190,90	-	63.190,90
	704.034,14	-	704.034,14	165.335,04	-	165.335,04

IV. Diferimentos passivos – a decomposição dos diferimentos passivos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros rendimentos a reconhecer	43.554,97	-	43.554,97	7.116,43	-	7.116,43
	43.554,97	-	43.554,97	7.116,43	-	7.116,43

27. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2019	2018
Fornecedores - Não-grupo	656.785,75	1.959.560,54
Fornecedores - Grupo	-	-
Total saldo fornecedores	656.785,75	1.959.560,54

28. Vendas e prestações de serviços

O montante de vendas e prestação de serviços reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2019 e 2018 é detalhado como segue:

	2019	2018
Vendas de Produtos		
Mercadorias	2.283.693,57	1.928.886,98
Sub-total	2.283.693,57	1.928.886,98
Prestação de Serviços		
Bilheteira	16.248.948,65	15.928.512,39
Patrocínios	100.000,00	115.000,00
Arrendamentos / Concessões	301.222,35	257.381,54
Aluguer de espaços	62.527,62	85.218,02
ACE / Sieocean	36.960,00	29.400,00
Outras prestações de serviços	858,50	70,00
Sub-total	16.750.517,12	16.415.581,95
Vendas e prestação de serviços	19.034.210,69	18.344.468,93

29. Doações e legados à exploração

Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram imputadas ao rendimento as seguintes doações:

	2019	2018
Donativos Fundadores	3.000.000,00	3.000.000,00
Donativos - entidades terceiras	680.458,11	508.175,09
	3.680.458,11	3.508.175,09

A rubrica de donativos entregues pela Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE no montante de 3.000.000,00 euros, em cada um dos períodos de 2019 e 2018, refere-se ao compromisso mencionado nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a entidade-mãe, e é detalhada da seguinte forma:

2019

/ 3.000.000 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2019.

2018

/ 3.000.000 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2018.

Em 2019 a Fundação recebeu donativos no montante de 680.458,11 euros de entidades terceiras, nomeadamente: da Tides, Fundação Calouste Gulbenkian, Waitt Foundation e OAK Foundation. Em 2018 a Fundação recebeu donativos no montante de 508.175,09 euros de entidades terceiras, nomeadamente: da Tides, Fundação Calouste Gulbenkian e Waitt Foundation.

30. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2019 e 2018 é detalhado como segue:

	2019	2018
Existências iniciais	250.673,72	185.428,74
Compras	1.028.210,94	755.986,34
Regularização de existências	(24.082,87)	(28.600,50)
Existências finais	(415.798,81)	(250.673,72)
	839.002,98	662.140,86

31. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhos especializados	3.194.449,18	3.371.060,21
Publicidade e propaganda	403.125,28	556.627,57
Vigilância e segurança	398.417,48	392.040,90
Honorários	487.601,32	469.004,68
Comissões	142.823,50	131.853,87
Conservação e reparação	1.198.485,31	1.097.839,41
Materiais	88.195,36	74.639,29
Energia e fluídos	1.548.675,93	1.341.522,24
Deslocações, estadas e transportes	301.966,65	409.421,64
Rendas e alugueres	1.083.667,06	1.377.442,32
Comunicação	48.020,04	47.014,74
Seguros	68.391,63	75.655,52
Contencioso e notariado	1.393,82	1.227,23
Despesas de representação	206.573,19	173.700,62
Limpeza, higiene e conforto	407.268,32	351.062,07
Outros serviços	564.892,54	459.564,49
Fornecimentos e serviços externos	10.143.946,61	10.329.676,80

A rubrica de rendas e alugueres, a 31 de dezembro de 2019 e 2018 inclui o montante de 953.082,62 euros e 917.182,06 euros, respetivamente relativamente à contrapartida financeira variável de 5% sobre as receitas da concessão, nos termos do contrato.

32. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2019 e 2018, foram como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Remunerações		
Orgãos sociais	670.365,91	545.442,15
Pessoal	2.386.433,67	2.022.773,55
Sub-total	3.056.799,58	2.568.215,70
Outros encargos		
Indemnizações	61.710,54	83.778,01
Encargos sobre remunerações	545.104,38	492.124,60
Seguros de acidentes de trabalho	25.939,42	27.696,45
Gastos de ação social	9.115,00	12.830,00
Outros	256.911,06	127.032,66
Sub-total	898.780,40	743.461,72
Gastos com o pessoal	3.955.579,98	3.311.677,42

O número médio de empregados do Grupo em 2019 foi de 87 (2018: 77).

A rubrica de gastos de ação social refere-se a cheques-creche atribuídos aos colaboradores neste exercício.

33. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos em 2019 e 2018 pode ser apresentada como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Diferenças de câmbio favoráveis	400,93	4.633,36
Descontos pronto pagamento obtidos	6,39	253,82
Correções de períodos anteriores	70.981,39	28.804,57
Outros não especificados	13.900,13	19.444,56
	85.288,84	53.136,31

34. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos em 2019 e 2018 é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos	8.214,71	28.487,41
Abates de investimentos não financeiros	-	12.877,18
Donativos	504.940,18	396.325,95
Quotizações	29.747,08	26.631,45
Diferenças de câmbio desfavoráveis	9.304,64	13.065,94
Perdas em inventários	18.185,25	19.246,28
Outros não especificados	115.450,58	52.669,18
Perdas na alienação de ativos tangíveis	-	1.246,31
	685.842,44	550.549,70

35. Gastos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros em 2019 e 2018 é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Gastos financeiros		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	540.798,21	596.305,00
Outros gastos financeiros	1.000.347,97	1.104.619,08
	1.541.146,18	1.700.924,08

A rubrica de outros gastos financeiros refere-se ao efeito financeiro da atualização do passivo financeiro relativamente à componente fixa do contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da “Oceanário de Lisboa” (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos, celebrado com o Estado Português, no montante de 998.608,44 euros, bem como ao efeito financeiro da atualização do passivo financeiro referente aos contratos de locação no montante de 1.739,53 euros.

36. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2019 e 2018 é conforme segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto s/ rendimento corrente	675.050,54	598.292,50
Imposto s/ rendimento diferido	(11.629,14)	-
Imposto sobre o rendimento	663.421,40	598.292,50

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes de imposto	2.695.378,83	2.693.018,40
Taxa de Imposto	21,0%	21,0%
	566.029,56	565.533,86
Gastos não dedutíveis	244.639,56	233.095,41
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	(48.212,80)	(55.663,82)
Rendimentos não tributáveis	(772.903,16)	(736.716,77)
Diferenças sem imposto diferido	595.251,24	529.614,11
Diferenças temporárias dedutíveis c/ imposto diferido	(775,27)	-
Benefícios fiscais	(14.732,11)	(16.419,81)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor	(6,54)	(37,81)
Tributação autónoma	32.815,03	31.085,84
Derrama	72.920,34	63.568,26
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	19.020,24	(3.258,37)
Outros	(30.624,68)	(12.508,40)
	663.421,40	598.292,50
Imposto s/ rendimento corrente	675.050,54	598.292,50
Imposto s/ rendimento diferido	(11.629,14)	-
Imposto s/ rendimento	663.421,40	598.292,50

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual	3,00%	3,00%
	25,50%	25,50%

A entidade mãe sendo uma Fundação (entidade sem fins lucrativos) e conforme mencionado na nota 3.18 não é aplicável a taxa de Derrama e Derrama Estadual, no entanto é aplicável à sua subsidiária Oceanário.

37. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo, à data do relato financeiro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

37.1 Obrigações do Grupo decorrentes do compromisso variável referente ao Contrato de Concessão da Exploração e Administração do Aquário Oceanário de Lisboa

Na sequência da celebração do referido contrato de concessão adicionalmente ao pagamento do ativo intangível (ver notas 3.4 e 9), o Oceanário de Lisboa, S.A assumiu a obrigação contratual de pagamento de uma contrapartida financeira variável calculada sobre 5% sobre as receitas da concessão, nomeadamente as receitas da bilheteira e outras atividades comerciais, participações em taxas ou outros tributos que o Grupo tenha direito por lei e juros ou remunerações de capitais e de aplicações financeiras efetuadas pela mesma.

Pelo facto de o seu cálculo ser variável, esta obrigação não está registada nas demonstrações financeiras do Grupo.

37.2 Compromissos com locações

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação em vigor à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018:

2018	< 1 ano	1-5 anos	> 5 anos
Viaturas	27.545,47	31.185,23	-
	27.545,47	31.185,23	-
2019	< 1 ano	1-5 anos	> 5 anos
Viaturas	7.423,41	-	-
	7.423,41	-	-

38. Contingências

38.1 Passivos contingentes

O Grupo tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Garantia bancária, com início em 28 de setembro de 2015, no montante de 2.000.000 euros ao Estado Português, para garantir o cumprimento exato e pontual das suas obrigações legais e contratuais, incluindo as relativas a penalidades contratuais, no âmbito do contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido, foi constituído penhor financeiro do direito a receber as dotações pecuniárias definidas pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e do saldo da conta bancária da entidade mãe e dos rendimentos resultantes do saldo da mesma.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido pelo Grupo com o objectivo de pagar ao Estado Português a componente inicial do contrato de concessão do direito de exploração dos equipamentos do Oceanário, foi constituído penhor financeiro a favor do Banco Santander Totta sobre as acções do Oceanário e sobre quaisquer valores que possa ter a haver do Oceanário. Com o mesmo objectivo, foi constituído penhor financeiro das contas bancárias da subsidiária Oceanário e dos rendimentos resultantes dos saldos das mesmas.

38.2 Garantias prestadas por terceiros

O Grupo tem as seguintes garantias bancárias prestadas por terceiros, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2019	2018
Cerger	Obrigações Contratuais	08-02-2011	24.000,00	24.000,00
Engitetra	Obrigações Contratuais	31-01-2011	16.930,44	16.930,44
FCM	Obrigações Contratuais	12-02-2015	-	5.127,80
2GM	Obrigações Contratuais	23-09-2014	-	6.599,30
Prestibel	Obrigações Contratuais	09-11-2016	46.425,60	46.425,60
Saniambiente	Obrigações Contratuais	07-08-2012	29.773,58	29.773,58
Siemens	Obrigações Contratuais	16-01-2016	15.763,13	15.763,13
Sogefran	Obrigações Contratuais	17-12-2013	-	20.000,00
Solidecrew	Obrigações Contratuais	01-07-2012	-	64.750,95
			132.892,75	229.370,80

38.3 Ativos contingentes

A entidade mãe, nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., tem o direito a receber a título de Dotação Fundação a quantia total de 30.000.000 Euros, tendo sido já liquidado o montante de 13.500.000 Euros, restando o valor de 16.500.000 Euros que será liquidado até 2025.

39. Partes relacionadas

A Fundação foi criada pela sua Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

Remuneração do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração ascenderam a 551.417,23 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018: 481.107,68 euros).

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração auferida pelo Fiscal Único ascendeu a 22.415,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018: 21.425,03 euros).

Transações entre partes relacionadas

a. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Sócios- fundadores

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

Partes relacionadas por via dos sócios-fundadores

Pingo Doce;

Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, SA;

Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Unilever Fima;

Waterventures;

Gallo Worldwide.

Associadas

Telecabine de Lisboa, Lda.

Outras entidades - Participação ACE

Sieocean

b. Transações e saldos pendentes

I. Sócios-Fundadores

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com o sócio-fundador:

	2019	2018
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos/Donativos		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos	3.000.000,00	3.013.815,00
	3.000.000,00	3.013.815,00

	2019	2018
Gastos		
Compras de serviços/Outros gastos		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE	-	20.600,00
	-	20.600,00

II. Partes relacionadas por via dos sócios-fundadores

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com as partes relacionada por via dos sócios-fundadores:

	2019	2018
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Pingo Doce	100.000,00	115.000,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	61.876,80	-
Fundação Francisco Manuel dos Santos	1.645,00	3.515,53
Unilever Fima	77.834,20	116.197,35
Waterventures	5.689,46	-
Gallo Worldwide	420,00	420,00
	247.465,46	235.132,88

	2019	2018
Gastos		
Compras de serviços/Outros gastos		
Unilever Fima	135.835,35	60.817,30
Gallo Worldwide	105.680,03	97.770,17
	241.515,38	158.587,47

Compras de mercadorias		
Gallo Worldwide	-	328,00
	-	328,00

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2019 e 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2019	2018
Saldos devedores		
Clientes		
Unilever Fima	19.645,92	28.754,19
Fundação Francisco Manuel dos Santos	-	1.506,75
	19.645,92	30.260,94
Outros créditos a receber		
Unilever Fima	-	-
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	15.000,00	31.276,46
	15.000,00	31.276,46

	2019	2018
Saldos credores		
Fornecedores		
Gallo Worldwide	-	12.133,61
	-	12.133,61
Outras dívidas a pagar		
Unilever Fima	72.000,00	498,93
Gallo Worldwide	16.424,94	-
	88.424,94	498,93

III. Associadas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com as associadas:

	2019	2018
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Telecabine	23.346,58	-
	23.346,58	-
Gastos		
Compras de serviços/Outros gastos		
Telecabine	1.091,04	1.050,03
	1.091,04	1.050,03

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2019 e 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2019	2018
Saldos devedores		
Clientes		
Telecabine	23.923,78	-
	23.923,78	-
Saldos credores		
Outras dívidas a pagar		
Telecabine	2.400,01	-
	2.400,01	-

IV. Outras entidades- Participação ACE

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com os ACE:

	2019	2018
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Sieocean	54.844,39	33.999,44
	54.844,39	33.999,44
Gastos		
Compras de serviços/Outros gastos		
Sieocean	1.041.745,90	929.051,56
	1.041.745,90	929.051,56

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2019 e 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2019	2018
Saldos devedores		
Clientes		
Sieocean	3.849,76	248,31
Outros créditos a receber		
Sieocean	16.500,00	-
	20.349,76	248,31
	2019	2018
Saldos credores		
Fornecedores		
Sieocean	-	65.230,79
	-	65.230,79

40. Eventos subsequentes

Na sequência do COVID-19 o Oceanário de Lisboa está a efetuar as diligências necessárias para minimizar eventuais impactos na operação. No entanto, não se espera que o impacto coloque em causa a sustentabilidade da operação do Oceanário de Lisboa.

O Contabilista Certificado

João Pedro Eloi Lopes Banza, número 37215

O Conselho de Administração

José Soares dos Santos

Tiago Pitta e Cunha

Emanuel Gonçalves

R. Andreas Kraemer

João Falcato Pereira



Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo



Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo

Demonstração da posição financeira	124
Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral	125
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais	126
Demonstração dos fluxos de caixa	127
Anexo às demonstrações financeiras	128
1. Introdução	128
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	128
3. Principais políticas contabilísticas	132
4. Políticas de gestão do risco financeiro	143
5. Principais estimativas e julgamentos apresentados	146
6. Ativos tangíveis	147
7. Ativos intangíveis	148
8. Investimentos em subsidiárias	148
9. Ativos e passivos financeiros por categoria	151
10. Justo valor de ativos e passivos	152
11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	152
12. Clientes	153
13. Outras contas a receber	154
14. Caixa e equivalentes de caixa	154

15. Fundos Patrimoniais	155
16. Outras reservas	155
17. Outras variações nos fundos patrimoniais	156
18. Financiamentos obtidos	156
19. Instrumentos financeiros derivados	158
20. Fornecedores	158
21. Imposto sobre o rendimento a receber/a pagar	158
22. Outras contas a pagar	159
23. Doações e legados à exploração	160
24. Fornecimentos e serviços externos	161
25. Gastos com o pessoal	161
26. Variações de justo valor	162
27. Outros rendimentos	162
28. Outros gastos	162
29. Gastos financeiros	163
30. Imposto sobre o rendimento	163
31. Contingências	164
32. Partes relacionadas	164
33. Eventos subsequentes	167

Demonstração da posição financeira

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos tangíveis	6	3.953,87	6.654,61
Ativos intangíveis	7	2.373,05	908,39
Direitos de uso	7	21.848,06	-
Investimentos em subsidiárias	8	28.111.780,05	28.832.782,20
		28.139.955,03	28.840.345,20
Corrente			
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11	2.485,36	943,36
Clientes	12	1.014,39	3.243,56
Outras contas a receber	13	248.648,57	79.072,12
Imposto sobre o rendimento a receber	21	483.039,70	-
Caixa e equivalentes de caixa	14	2.137.210,55	1.250.533,70
		2.872.398,57	1.333.792,74
Total do Ativo		31.012.353,60	30.174.137,94
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	7.171.829,00	7.171.829,00
Outras reservas	16	(264.330,23)	(264.330,23)
Outras variações nos fundos patrimoniais	17	(315.328,51)	(277.348,58)
Resultados transitados		9.676.116,66	7.581.390,76
Resultado líquido do período		2.031.957,43	2.094.725,90
Total Fundos Patrimoniais		18.300.244,35	16.306.266,85
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	18	7.886.600,00	11.472.800,00
Instrumentos financeiros derivados	19	315.328,51	277.348,58
Responsabilidades com locações	22	10.403,30	-
		8.212.331,81	11.750.148,58
Corrente			
Financiamentos obtidos	18	3.586.200,00	1.452.400,00
Fornecedores	20	59.208,38	177.489,46
Imposto sobre o rendimento a pagar	21	-	12.991,92
Responsabilidades com locações	22	11.845,46	-
Outras contas a pagar	22	842.523,60	474.841,13
		4.499.777,44	2.117.722,51
Total do Passivo		12.712.109,25	13.867.871,09
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		31.012.353,60	30.174.137,94

Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral

	Nota	2018	2018
Doações e legados à exploração	23	3.680.458,11	3.508.175,09
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	2.032.802,43	1.878.889,82
Fornecimentos e serviços externos	24	(1.469.150,30)	(1.386.566,52)
Gastos com o pessoal	25	(769.598,13)	(597.424,52)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(12.341,18)	(6.403,23)
Imparidade de Investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	8	(748.512,00)	(748.512,00)
Variações de justo valor	26	33,13	-
Outros rendimentos	27	28,31	1.166,02
Outros gastos	28	(291.293,94)	(128.290,14)
Resultado operacional		2.422.426,43	2.521.034,52
Gastos financeiros	29	(372.093,92)	(413.315,36)
Resultados antes de impostos		2.050.332,51	2.107.719,16
Imposto sobre o rendimento	30	(18.375,08)	(12.993,26)
Resultado líquido do exercício		2.031.957,43	2.094.725,90
Outros rendimentos integrais:			
Itens que poderão ser reclassificados por resultados			
Varição do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	17	(37.979,93)	(16.845,57)
Outros rendimentos integrais - total		(37.979,93)	(16.845,57)
Total do rendimento integral do exercício		1.993.977,50	2.077.880,33

As notas das páginas 128 a 167 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais

	Nota	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
A 1 de janeiro de 2018		7,171,829.00	(264,330.23)	128.019,39	(260.503,01)	7.453.371,37	14.228.386,52
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	2.094.725,90	2.094.725,90
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	-	7.453.371,37	-	(7.453.371,37)	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	17	-	-	-	(16.845,57)	-	(16.845,57)
		-	-	7.453.371,37	(16.845,57)	(7.453.371,37)	(16.845,57)
A 31 de dezembro de 2018		7,171,829.00	(264,330.23)	7.581.390,76	(277.348,58)	2.094.725,90	16.306.266,85
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	2.031.957,43	2.031.957,43
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	-	2.094.725,90	-	(2.094.725,90)	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	17	-	-	-	(37.979,93)	-	(37.979,93)
		-	-	2.094.725,90	(37.979,93)	(2.094.725,90)	(37.979,93)
A 31 de dezembro de 2019		7,171,829.00	(264,330.23)	9.676.116,66	(315.328,51)	2.031.957,43	18.300.244,35

As notas das páginas 128 a 167 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		680.458,11	508.175,09
Pagamentos a fornecedores		(1.690.094,31)	(1.282.985,39)
Pagamentos ao pessoal		(403.152,10)	(321.959,69)
Caixa gerada pelas operações		(1.412.788,30)	(1.096.769,99)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(13.083,56)	(1.632,52)
Outros recebimentos/ pagamentos		(401.723,76)	(333.419,51)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(1.827.595,62)	(1.431.822,02)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos tangíveis		-	(8.371,95)
Ativos intangíveis		(1.905,75)	-
Recebimentos provenientes de			
Dividendos		1.503.969,44	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		1.502.063,69	(8.371,95)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Doações		3.000.000,00	3.000.000,00
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		(1.452.400,00)	(1.421.200,00)
Juros e gastos e similares		(335.391,22)	(382.157,17)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		1.212.208,78	1.196.642,83
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	1.250.533,70	1,494,084.84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	2.137.210,55	1.250.533,70

As notas das páginas 128 a 167 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A Fundação Oceano Azul (também referida neste documento como “Fundação” ou “Entidade”), é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, instituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa, sito na Esplanada D. Carlos I – Doca dos Olivais, freguesia Parque das Nações, em Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

A Fundação tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano, procurando, em especial: (a) Desenvolver a literacia azul e a sensibilização da sociedade para os desafios da sustentabilidade do oceano; (b) Defender a conservação do oceano, promovendo a valorização da biodiversidade marinha e o desenvolvimento de usos sustentáveis; (c) Contribuir para uma nova governação do oceano, orientada por valores éticos e assente no conhecimento científico, bem como incentivar, através de ações de capacitação, uma economia azul inovadora e ambientalmente sustentável.

A Fundação recebeu, como dotação inicial em espécie da sua Fundadora, as ações da entidade Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A. (doravante designada por “Waterventures”). Esta entidade foi constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE com o objetivo de comprar as ações da Oceanário de Lisboa, S.A. (de ora em diante designada por “Oceanário”), dado que não seria possível concluir o processo de instituição e reconhecimento da Fundação, em tempo útil. Durante o ano de 2017, e por forma a concretizar o objetivo inicial de ser a Fundação a deter as ações do Oceanário, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e a Fundação decidiram extinguir a sociedade Waterventures, e, por conseguinte, a Fundação incorporou o património (ativos e passivos) da Waterventures, do qual se destacam as ações do Oceanário.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 24 de março de 2020. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras da Fundação e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS”), à data de 31 de dezembro de 2019, ajustadas

em termos de terminologia, atendendo à natureza jurídica da Entidade (Fundação).

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, tendo a Entidade seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: “ativos financeiros ao justo valor por resultados”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 5.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019:

a. IFRS 16 (nova), ‘Locações’. Esta nova norma substitui a IAS 17 – ‘Locações’, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. A norma foi adotada pela Entidade seguindo a abordagem retrospectiva modificada não tendo impactos significativos.

a. IFRS 9 (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

c. IAS 19 (alteração), ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

d. IAS 28 (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados

através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – ‘Instrumentos financeiros’. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjuntos, quando existam indicadores de imparidade. A Fundação tem uma participação financeira de uma Subsidiária que é mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, desta forma esta alteração não tem impacto na Entidade.

e. Melhorias às normas 2015 – 2017 Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

IAS 23, ‘Custos de empréstimos obtidos’. Esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis.

IAS 12, ‘Impostos sobre o rendimento’. Esta melhoria clarifica que os impactos fiscais dos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou o evento que deu origem aos dividendos.

IFRS 3, ‘Concentrações de atividades empresariais’ e IFRS 11, ‘Acordos conjuntos’. Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente ao justo valor.

Interpretações

a. IFRIC 23 (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes’, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A adoção retrospectiva modificada desta interpretação não teve impacto na entidade dado que a Entidade tem uma postura prudente em situações fiscais com incerteza.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

a. IAS 1 e IAS 8 (alteração), ‘Definição de material’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem

uma parte significativa da informação de que necessitam. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

b. Estrutura conceitual, Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

c. IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

a. IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspectiva impactos significativos.

b. IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente

consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Não se perspetiva qualquer impacto relativamente a esta norma.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Partes de capital em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Fundação tem controlo. A Fundação controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do exercício de poder sobre a entidade.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nas subsidiárias. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte da Entidade no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira. Quando a quota-parte das perdas destas Entidades excede o valor do investimento nas Subsidiárias, a Fundação reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

3.2 Conversão cambial

I. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a Fundação opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Entidade e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Fundação.

II. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações

bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

III) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira	Câmbio Médio		Câmbio Final do Período	
Moeda	2019	2018	31.12.2019	31.12.2018
USD	1,11950	1,18100	1,12340	1,14500
GBP	-	0,88471	-	0,89453

3.3 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Equipamento administrativo	3 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, a Fundação mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a Fundação.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

A Entidade tem registados como ativos intangíveis:

I. Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

A Fundação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	Anos
Programas computador	3 anos
Outros Ativos intangíveis	Entre 2 a 3 anos

3.5 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contabilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a. uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo;
- b. as expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c. o efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d. outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.

Foi efetuado um Teste de Imparidade à participação no Oceanário em 30 de junho de 2016, no qual foi utilizada uma taxa WACC base de 7,66%. O estudo teve por base as previsões do Plano de Atividades e Orçamento a 5 anos e os cash flows estimados após os 5 primeiros anos apresentam um crescimento previsto de 1% até 2024 e de 2% a partir de 2025.

Considera-se não existirem alterações significativas dos pressupostos utilizados nesta análise.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas para o goodwill, não são reversíveis, exceto na sua alienação.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.6 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

I. Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

II. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

I. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

II. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

III. Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Entidade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor são mensurados inicialmente, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em Juros obtidos, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

A Entidade avalia de forma prospectiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de “Clientes” (Nota 12) e “Outras contas a receber” (Nota 13) e ativos de contratos com clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de incumprimentos históricos para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospectivas sempre que adequado.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível; ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, é aplicado a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito é calculado uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, na data do desreconhecimento os ganhos/(perdas) reconhecidos em capital/outras rendimentos integrais anteriormente são reclassificados das correspondentes rúbricas do capital próprio para resultados exercício.

3.7 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que a Fundação receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

A Fundação também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Entidade aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

3.8 Clientes e Outras contas a receber

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados/donativos no âmbito da atividade da Fundação. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados. Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo ou custo amortizado menos imparidade.

3.9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Fundos Patrimoniais

As dotações iniciais do Fundador, conforme definido nos estatutos da Fundação são registadas no Fundo de Capital e registadas na data da confirmação da sua atribuição.

3.11 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- I. Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

II. Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 18), “Instrumentos financeiros derivados” (Nota 19) “Fornecedores” (Nota 20) e “Outras contas a pagar” (Nota 22). Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Quando um instrumento financeiro de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas, em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

3.12 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da Entidade.

3.13 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.14 Fornecedores e Outras contas a pagar

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Fundação adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

3.15 Custos com empréstimos obtidos

Juros e outros custos incorridos pela Fundação, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades da Fundação, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

3.16 Instrumentos financeiros derivados

A Fundação utiliza instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta, não utilizando derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram cumulativamente, com as seguintes condições:

- a.** apenas são permitidos os instrumentos de cobertura e os itens cobertos previstos;
- b.** tem de existir uma designação formal da relação de cobertura e a respetiva documentação;
- c.** têm de estar cumpridos os requisitos de eficácia da cobertura;

Para a mensuração dos derivados, a Fundação utiliza as avaliações fornecidas pelas contrapartes como base para o reconhecimento do seu justo valor à data de fecho do exercício.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). Os ganhos ou perdas relacionadas com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

3.17 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Imposto corrente

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

Não existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento.

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, sendo para efeitos da legislação fiscal uma entidade que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no seu rendimento global ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Fundação é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%.

3.18 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 32, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a Fundação a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Contratos onerosos

A Fundação reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Fundação tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

3.19 Ativos contingentes

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais a Fundação não tem controle.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Fundação, mas são divulgados nas notas anexas, quando a sua ocorrência é provável.

3.20 Locações

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- I. ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- II. depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A Fundação adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Fundação reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, a Fundação descontou os pagamentos das locações usando a taxa associada aos respetivos contratos de locação.

3.21 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.22 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda e prestações de serviços no decurso normal da atividade da Entidade.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para a Entidade.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

Os donativos recebidos do Fundador e/ou de outras entidades, com destino a financiar a realização dos fins estatutários são contabilizados pela totalidade em rendimentos do período

Os proveitos da Fundação correspondem, maioritariamente ao recebimento de donativos do Fundador, com o objetivo de financiar a realização dos fins estatutários da Fundação.

3.23 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados, se considerados materiais.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

4.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Fundação estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Fundação é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, assim como políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

I. Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Fundação é desenvolvida essencialmente em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

II. Risco de crédito

O risco de crédito da Entidade resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários da Fundação, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa” retirado, é a seguinte:

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos bancários		
AA+	-	-
AA-	-	-
A	2.135.398,58	1.249.533,70
A-	-	-
Outros sem rating	1.811,97	1.000,00
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	2.137.210,55	1.250.533,70
Outros ativos financeiros		
AA	-	-
AA-	-	-
A+	-	-
A	-	-
Outros sem rating	249.662,96	82.315,68
Outros ativos financeiros	249.662,96	82.315,68

(Fonte: Standard & Poor's)

Regra geral os clientes e outras contas a receber da Fundação não têm rating de crédito atribuído.

III. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro da Fundação.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento e os investimentos.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Fundação por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vincendos:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2019			
Financiamentos obtidos			
empréstimos bancários	3.889.444,91	6.899.506,76	1.707.545,92
descobertos bancários			
outros financiamentos			
Fornecedores e outras contas a pagar	870.751,30	10.403,30	-
	4.760.196,21	6.909.910,06	1.707.545,92
31 de dezembro de 2018			
Financiamentos obtidos			
empréstimos bancários	1.815.926,48	9.067.551,49	3.428.946,11
descobertos bancários			
outros financiamentos			
Fornecedores e outras contas a pagar	607.874,37	-	-
	2.423.800,85	9.067.551,49	3.428.946,11

IV. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro de referência, o que expõe a Fundação a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe a Fundação a risco de justo valor.

4.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Entidade em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Os rácios de gearing em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

	31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos Obtidos (Nota 18)	11.472.800,00	12.925.200,00
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14)	2.137.210,55	1.250.533,70
Dívida líquida	9.335.589,45	11.674.666,30
Fundos Patrimoniais	18.300.244,35	16.306.266,85
Património Total	27.635.833,80	27.980.933,15
Gearing	34%	42%

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

5.1 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades do setor ao nível internacional.

5.2 Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

5.3 Imparidade em investimentos em subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Uma vez que a concessão do direito de exploração dos equipamentos que compõem o Oceanário se iniciou a 9 de junho de 2015 e tem uma duração limitada a trinta anos, a entidade optou por considerar uma imparidade correspondente à proporção do período de concessão decorrido. Desta forma será considerada uma perda total anual de 748.512 euros.

5.4 Imposto sobre o rendimento

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

De acordo com a IAS12, são reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- | A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- | As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Conselho de Administração

6. Ativos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os movimentos registados nas rubricas dos ativos tangíveis foram como segue:

	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2019		
Custo de aquisição	11.605,51	11.605,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(4.950,90)	(4.950,90)
Valor líquido	6.654,61	6.654,61
Movimento de 2019		
Adições	-	-
Depreciação - exercício	(2.700,74)	(2.700,74)
Valor líquido	3.953,87	3.953,87
31 de dezembro de 2019		
Custo de aquisição	11.605,51	11.605,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(7.651,64)	(7.651,64)
Valor líquido	3.953,87	3.953,87

O equipamento administrativo compreende computadores e outro material informático.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações" da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

7. Ativos intangíveis

A evolução registada para na rubrica de ativos intangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	Programas computador	Direito de uso	Ativos intangíveis em curso	Total
1 de janeiro de 2019				
Custo de aquisição	11.094,63	-	-	11.094,63
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(10.186,24)	-	-	(10.186,24)
Valor líquido	908,39	-	-	908,39
Alteração de política contabilística	-	25.721,93	-	25.721,93
Adições	-	5.325,48	1.905,75	7.231,23
Amortização - exercício	(441,09)	(9.199,35)	-	(9.640,44)
Valor líquido	467,30	21.848,06	1.905,75	24.221,11
31 de dezembro de 2019				
Custo de aquisição	11.094,63	31.047,41	1.905,75	44.047,79
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(10.627,33)	(9.199,35)	-	(19.826,68)
Valor líquido	467,30	21.848,06	1.905,75	24.221,11

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição de programas de computador e aos direitos de uso e responsabilidades por locação reconhecidos pela Fundação. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas.

Os ativos intangíveis em curso dizem respeito a alterações que estão a ser realizadas no ERP Primavera.

8. Investimentos em subsidiárias

O detalhe dos movimentos registados em 2019 e 2018, relativamente aos investimentos em subsidiárias, é como segue:

	2019	2018
1 de janeiro	28.832.782,20	27.702.404,38
Ganhos/(Perdas) por equivalência patrimonial	2.032.802,43	1.878.889,82
Perda por Imparidade	(748.512,00)	(748.512,00)
Dividendos recebidos	(2.005.292,58)	-
31 de dezembro	28.111.780,05	28.832.782,20

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos em subsidiárias referem-se ao investimento na Oceanário de Lisboa, S.A., conforme segue:

31.12.2019							
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Total investimento	Goodwill incluído
Oceanário de Lisboa	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100.00%	31.292.961,14	(3.181.181,09)	28.111.780,05	19.024.745,42
				31.292.961,14	(3.181.181,09)	28.111.780,05	19.024.745,42

31.12.2018							
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Total investimento	Goodwill incluído
Oceanário de Lisboa	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100.00%	31.265.451,29	(2.432.669,09)	28.832.782,20	19.773.257,42
				31.265.451,29	(2.432.669,09)	28.832.782,20	19.773.257,42

A participação financeira detida na subsidiária Oceanário de Lisboa, detida a 100%, foi recebida pela Fundação através da incorporação da sua subsidiária Waterventures que foi extinta a 29 de setembro de 2017.

A participação a 31 de dezembro de 2019, no valor de 31.292,961,14 euros inclui o montante bruto de 22.205.926,51 euros referente a goodwill, para o qual foi registado perda por imparidade acumulada no montante de 3.181.181,09 euros, o que resulta no montante líquido de goodwill de 19.024.745,42 euros.

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras das subsidiárias, são como segue:

	2019	2018
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Ativos		
Não correntes	44.638.108,71	46.144.824,18
Correntes	4.739.252,49	3.924.502,82
	49.377.361,20	50.069.327,00
Passivos		
Não correntes	34.045.698,58	35.286.296,89
Correntes	6.244.627,99	5.723.505,33
	40.290.326,57	41.009.802,22
Capital Próprio	9.087.034,63	9.059.524,78
	9.087.034,63	9.059.524,78

	2019	2018
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Atividade no ano		
Rendimentos	19.376.528,74	18.687.734,54
Gastos	(16.698.679,99)	(16.223.545,48)
Imposto s/ rendimento	(645.046,32)	(585.299,24)
Resultado líquido	2.032.802,43	1.878.889,82
Outros rendimentos integrais	-	-
Rendimentos integrais totais	2.032.802,43	1.878.889,82

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contabilístico dos investimentos em subsidiárias é como segue:

	2019	2018
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Ativos líquidos iniciais	9.059.524,78	7.180.634,96
Resultado líquido	2.032.802,43	1.878.889,82
Outros movimentos em capital próprio		
Distribuição de dividendos	(2.005.292,58)	-
Diferenças de câmbio	-	-
Ativos líquidos a 31 de dezembro	9.087.034,63	9.059.524,78
% participação	100%	100%
Participação financeira nas subsidiárias	9.087.034,63	9.059.524,78
Goodwill líquido	19.024.745,42	19.773.257,42
Valor líquido apurado	28.111.780,05	28.832.782,20
Valor líquido contabilístico	28.111.780,05	28.832.782,20
Diferenças de reconciliação	-	-

Os Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentados na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral referente ao período de 2019 e 2018 é apresentado da seguinte forma:

	2019	2018
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Resultado líquido	2.032.802,43	1.878.889,82
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2.032.802,43	1.878.889,82

9. Ativos e passivos financeiros por categoria

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

31.12.2019	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Custo Amortizado	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.137.210,55	-	-	-	2.137.210,55
Clientes	-	1.014,39	-	-	-	1.014,39
Outras contas a receber	-	248.648,57	-	-	-	248.648,57
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	2.485,36	-	-	2.485,36
Total ativos financeiros	-	2.386.873,51	2.485,36	-	-	2.389.358,87
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	28.622.994,73	28.622.994,73
Total ativo	-	2.386.873,51	2.485,36	-	28.622.994,73	31.012.353,60
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	11.472.800,00	-	11.472.800,00
Intrumentos financeiros derivados	315.328,51	-	-	-	-	315.328,51
Fornecedores	-	-	-	59.208,38	-	59.208,38
Outras contas a pagar	-	-	-	864.772,36	-	864.772,36
Total passivos financeiros	315.328,51	-	-	12.396.780,74	-	12.712.109,25
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-
Total passivo	315.328,51	-	-	12.396.780,74	-	12.712.109,25
31.12.2018						
	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Custo Amortizado	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.250.533,70	-	-	-	1.250.533,70
Clientes	-	3.243,56	-	-	-	3.243,56
Outras contas a receber	-	79.072,12	-	-	-	79.072,12
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	943,36	943,36	-	-	1.886,72
Total ativos financeiros	-	1.333.792,74	943,36	-	-	1.334.736,10
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	28.840.345,20	28.840.345,20
Total ativo	-	1.333.792,74	943,36	-	28.840.345,20	30.175.081,30
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	12.925.200,00	-	12.925.200,00
Intrumentos financeiros derivados	277.348,58	-	-	-	-	277.348,58
Fornecedores	-	-	-	12.991,92	-	12.991,92
Outras contas a pagar	-	-	-	474.841,13	-	474.841,13
Total passivos financeiros	277.348,58	-	-	13.413.033,05	-	13.690.381,63
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	12.991,92	12.991,92
Total passivo	277.348,58	-	-	13.413.033,05	12.991,92	13.703.373,55

10. Justo valor de ativos e passivos

Ativos e Passivos Financeiros

31 de dezembro de 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.485,36	-	-	2.485,36
	2.485,36	-	-	2.485,36
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	315.328,51	-	315.328,51
	-	315.328,51	-	315.328,51
31 de dezembro de 2018				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	943,36	-	-	943,36
	943,36	-	-	943,36
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	277.348,58	-	277.348,58
	-	277.348,58	-	277.348,58

Os montantes dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, referem-se aos valores pagos para o fundo de compensação do trabalho (FCT) ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A mensuração do justo valor dos Instrumentos Financeiros Derivados (Swap) baseia-se nas avaliações fornecidas pelo Banco Santander Totta.

11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados da Fundação correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT").

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2019	2018
A 1 de janeiro	943,36	-
Dotações	1.508,87	943,36
Variações de justo valor	33,13	-
Utilizações	-	-
A 31 de dezembro	2.485,36	943,36

12. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Grupo	-	-	-	-	-	-
Clientes - Não-grupo	1.014,39	-	1.014,39	3.243,56	-	3.243,56
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
	1.014,39	-	1.014,39	3.243,56	-	3.243,56
Imparidade clientes	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	1.014,39	-	1.014,39	3.243,56	-	3.243,56

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2019	2018
não vencidos	-	3.243,56
de 6 a 12 meses	-	-
de 12 a 18 meses	1.014,39	-
de 18 a 24 meses	-	-
superior a 24 meses	-	-
Total	1.014,39	3.243,56

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

13. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de Outros contas a receber, é como se segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos ativos i)	2.730,90	-	2.730,90	29.649,75	-	29.649,75
Outros devedores	5.668,78	-	5.668,78	4.626,82	-	4.626,82
Adiantamento a fornecedores	240.248,89	-	240.248,89	44.795,55	-	44.795,55
	248.648,57	-	248.648,57	79.072,12	-	79.072,12
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	248.648,57	-	248.648,57	79.072,12	-	79.072,12

i) Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com fornecimentos e serviços externos	2.297,75	-	2.297,75	29.135,14	-	29.135,14
Gastos com o pessoal	433,15	-	433,15	514,61	-	514,61
Diferimentos ativos	2.730,90	-	2.730,90	29.649,75	-	29.649,75

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, não estavam reconhecidas quaisquer perdas por imparidade sobre os saldos a receber de terceiros.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	1.811,97	1.000,00
Depósitos bancários	2.135.398,58	1.249.533,70
Caixa e equivalentes de caixa	2.137.210,55	1.250.533,70

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	1.811,97	1.000,00
Depósitos bancários	2.135.398,58	1.249.533,70
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)	2.137.210,55	1.250.533,70
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)	-	-
	2.137.210,55	1.250.533,70

15. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, os fundos da Fundação Oceano Azul, no montante de 7.171.829 euros, encontravam-se totalmente subscritos e realizados e referem-se às dotações da Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e detalham-se da seguinte forma:

Dotação em espécie: 6.921.829 euros

Dotação em dinheiro: 250.000 euros

A dotação inicial da Fundadora em espécie refere-se à transmissão de uma participação financeira da entidade Waterventures.

16. Outras reservas

A rubrica “Outras reservas” apresenta os seguintes valores em 31 de dezembro de 2019:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras	Total
A 1 de janeiro de 2018	(849.928,76)	585.598,53	(264.330,23)
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
A 31 de dezembro de 2018	(849.928,76)	585.598,53	(264.330,23)
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
A 31 de dezembro de 2019	(849.928,76)	585.598,53	(264.330,23)

A rubrica de “Ajustamentos em ativos financeiros” reflete as diferenças originadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial nos capitais próprios das participadas.

A rubrica de Outras no montante de 585.598,53 euros refere-se ao valor registado em Fundos Patrimoniais resultante da incorporação da Waterventures no ano de 2017.

Estes valores só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados (nr. 2 art.º 32 do CSC).

17. Outras variações nos fundos patrimoniais

As rubricas “Outras variações nos fundos patrimoniais” registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
A 1 de janeiro de 2018	(260.503,01)	(260.503,01)
Variação justo valor Swap	(16.845,57)	(16.845,57)
A 31 de dezembro de 2018	(277.348,58)	(277.348,58)

	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
A 1 de janeiro de 2019	(277.348,58)	(277.348,58)
Variação justo valor Swap	(37.979,93)	(37.979,93)
A 31 de dezembro de 2019	(315.328,51)	(315.328,51)

A variação do justo valor do instrumento derivado de cobertura (swap), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi negativa no montante de 37.979,93 e de 16.845,57 euros, respetivamente.

18. Financiamentos obtidos

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários i)						
Santander Totta	1.486.200,00	7.886.600,00	9.372.800,00	1.452.400,00	9.372.800,00	10.825.200,00
Financiamentos entre entidades do grupo ii)						
Oceanário de Lisboa	2.100.000,00	-	2.100.000,00	-	2.100.000,00	2.100.000,00
	3.586.200,00	7.886.600,00	11.472.800,00	1.452.400,00	11.472.800,00	12.925.200,00

i) O empréstimo bancário foi contraído junto do SantanderTotta, a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 15.000.000 euros, com o prazo de 10 anos.

Para este financiamento bancário foi contratado com o Banco SantanderTotta um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows.

Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações da Oceanário de Lisboa, S.A. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

ii) O montante de 2.100.000 Euros de financiamentos entre entidades do grupo, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, refere-se a um empréstimo obtido do Oceanário de Lisboa. O empréstimo vence juros à taxa Euribor 12M + 1,25% e tem uma maturidade de 2 anos.

O empréstimo inicialmente obtido tinha maturidade de 2 anos com vencimento em janeiro de 2018, tendo nesta data sido prorrogado por mais 2 anos. Entretanto em dezembro 2019 decidiu-se por nova prorrogação por mais 1 ano, cujo prazo se vence em janeiro de 2021.

Empréstimos

As maturidades dos financiamentos da Fundação são como segue:

	2019	2018
Até 1 ano	3.586.200,00	1.452.400,00
Entre 2 e 5 anos	6.220.200,00	8.180.000,00
Superior a 5 anos	1.666.400,00	3.292.800,00
	11.472.800,00	12.925.200,00

A variação dos financiamentos da Fundação são como segue:

	SantanderTotta	Oceanário
1 de janeiro de 2019		
Valor inicial	10.825.200,00	2.100.000,00
Movimento de 2019		
Aumentos:		
Renovação empréstimo	-	2.100.000,00
Diminuições:		
Fluxos de caixa financiamento	(1.452.400,00)	-
31 dezembro 2019		
Saldo final	9.372.800,00	2.100.000,00

19. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos Instrumentos financeiros derivados apresenta os seguintes valores:

	31.12.2019				31.12.2018			
	Passivo				Passivo			
	Notional	Corrente	Não corrente	Total	Notional	Corrente	Não corrente	Total
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa								
Swap taxa de juro	9.372.800,00	-	315.328,51	315.328,51	10.825.200,00	-	277.348,58	277.348,58
Total de derivativos designados como cobertura		-	315.328,51	315.328,51		-	277.348,58	277.348,58
Total de derivativos		-	315.328,51	315.328,51		-	277.348,58	277.348,58

Cobertura de fluxos de caixa - Swaps de taxa de juro

A Fundação procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de empréstimos, através da contratação de swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto.

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2019	2018
Fornecedores - Não-grupo	59.208,38	153.283,91
Fornecedores - Grupo	-	24.205,55
Total saldo fornecedores	59.208,38	177.489,46

21. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	483.039,70	-	-	12.991,92
	483.039,70	-	-	12.991,92

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2019	2018
Imposto Corrente		
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	501.323,14	-
Estimativa de IRC	(18.283,44)	(12.991,92)
Total	483.039,70	(12.991,92)

O valor de retenções na fonte de 2019 é relativo à aplicação da taxa de 25% sobre os dividendos distribuídos pelo Oceanário de Lisboa à Fundação Oceano Azul (o valor ilíquido de dividendos distribuídos foi de 2.005.293 Euros).

22. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de gastos i)	796.536,50	-	796.536,50	411.081,35	-	411.081,35
Estado e outros entes públicos ii)	42.826,14	-	42.826,14	44.456,22	-	44.456,22
Responsabilidade com locações	11.845,46	10.403,30	22.248,76	-	-	-
Outros credores	3.160,96	-	3.160,96	19.303,56	-	19.303,56
Outras dívidas a pagar	854.369,06	10.403,30	864.772,36	474.841,13	-	474.841,13

i) Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com o pessoal	178.111,28	-	178.111,28	158.205,16	-	158.205,16
Gastos fornecimentos e serviços externos	580.990,92	-	580.990,92	224.588,53	-	224.588,53
Gastos com o financiamento	37.434,30	-	37.434,30	28.287,66	-	28.287,66
Acréscimos de gastos	796.536,50	-	796.536,50	411.081,35	-	411.081,35

ii) Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Retenções imposto sobre o rendimento	25.304,20	-	21.025,67	-
IVA	22,31	-	8.035,44	-
Contribuições para a segurança social	17.499,63	-	15.395,11	-
	42.826,14	-	44.456,22	-

23. Doações e legados à exploração

Durante o período, findo a 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram imputadas ao rendimento as seguintes doações:

	2019	2018
Donativos Fundadores	3.000.000,00	3.000.000,00
Donativos - entidades terceiras	680.458,11	508.175,09
	3.680.458,11	3.508.175,09

A rubrica de donativos entregues pela Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE no montante de 3.000.000,00 euros, em cada um dos períodos de 2019 e 2018, refere-se ao compromisso mencionado nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a entidade-mãe, e é detalhada da seguinte forma:

2019

/ 3.000.000 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2019.

2018

/ 3.000.000 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2018.

Em 2019 a Fundação recebeu donativos no montante de 680.458,11 euros de entidades terceiras, nomeadamente: da Tides, Fundação Calouste Gulbenkian, Waitt Foundation e OAK Foundation. Em 2018 a Fundação recebeu donativos no montante de 508.175,09 euros de entidades terceiras, nomeadamente: da Tides, Fundação Calouste Gulbenkian e Waitt Foundation.

24. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	901.134,30	765.474,98
Publicidade e propaganda	41.151,64	28.387,89
Vigilância e segurança	-	269,06
Honorários	104.151,57	40.735,35
Conservação e Reparação	812,98	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.476,90	13.414,25
Material de escritório	514,18	2.153,20
Artigos para oferta	-	6.864,96
Energia e fluídos	1.293,25	8.902,83
Deslocações, estadas e transportes	170.451,99	130.330,17
Rendas e alugueres	49.868,10	240.590,98
Comunicação	4.071,39	7.978,86
Seguros	3.362,58	11.267,77
Contencioso e notariado	-	434,73
Despesas de representação	179.218,88	127.450,44
Outros serviços	9.642,54	2.311,05
Fornecimentos e serviços externos	1.469.150,30	1.386.566,52

25. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2019 e 2018, foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Orgãos sociais	375.286,40	311.572,60
Pessoal	258.085,20	174.374,59
Sub-total	633.371,60	485.947,19
Outros encargos		
Encargos sobre remunerações	122.177,37	104.379,06
Seguros de acidentes de trabalho	3.439,80	2.817,80
Outros	10.609,36	4.280,47
Sub-total	136.226,53	111.477,33
Gastos com o pessoal	769.598,13	597.424,52

O número médio de colaboradores da Fundação em 2019 foi de 11 (2018: 89).

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Fundação tem 12 e 9 colaboradores, respetivamente, em que 8 (2018: 5) dos quais são remunerados mensalmente, um (2018: um) em base trimestral e 3 (2018: três) numa base semestral.

26. Variações de justo valor

A rubrica de variações de justo valor, no exercício de 2019 no montante de 33,13, refere-se à atualização da valorização do Fundo de compensação de Trabalho ("FCT") (nota 11).

27. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos em 2019 e 2018 é apresentado no quadro seguinte:

	2019	2018
Diferenças de câmbio favoráveis	28,31	99,52
Outros não especificados	-	1.066,50
	28,31	1.166,02

28. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos em 2019 e 2018 é apresentado no quadro seguinte:

	2019	2018
Impostos	762,16	10.526,79
Correções relativas a períodos anteriores	3.120,26	742,60
Donativos	208.419,50	114.369,47
Quotizações	600,00	600,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	472,88	655,32
Outros não especificados	77.919,14	1.395,93
	291.293,94	128.290,14

29. Gastos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros em 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Gastos financeiros		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	344.610,77	386.438,26
Empréstimos entidades do grupo	26.541,67	26.877,10
Outros gastos financeiros	941,48	-
	372.093,92	413.315,36

30. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2019 e 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Imposto s/ rendimento corrente	18.375,08	12.993,26
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto sobre o rendimento	18.375,08	12.993,26

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2019	2018
Resultado antes de imposto	2.050.332,51	2.107.719,16
Correções para efeitos fiscais		
Gastos não dedutíveis	828.431,46	750.650,53
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	(2.032.802,43)	(1.878.889,82)
Rendimentos não tributáveis	(3.680.491,24)	(3.508.175,09)
	(2.834.529,70)	(2.528.695,22)
Rendimentos tributáveis	1.002.646,29	1.166,02
Gastos dedutíveis até à concorrência dos rendimentos	(1.002.646,29)	-
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
	-	244,86
Tributação autónoma	18.375,08	12.748,40
Imposto s/ rendimento corrente	18.375,08	12.993,26
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	18.375,08	12.993,26
Taxa efetiva de imposto	0,90%	0,62%

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	2019	2018
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	21,00%	21,00%

31. Contingências

31.1 Passivos contingentes

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido, a Fundação constituiu penhor financeiro do direito a receber as dotações pecuniárias definidas pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e do saldo da sua conta bancária e dos rendimentos resultantes do saldo da mesma.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido pela sua subsidiária Oceanário de Lisboa S.A, com o objetivo de pagar ao Estado Português a componente inicial do contrato de concessão do direito de exploração dos equipamentos do Oceanário, a Fundação constituiu penhor financeiro a favor do Banco Santander Totta sobre as ações do Oceanário e sobre quaisquer valores que possa ter a haver do Oceanário. Com o mesmo objetivo, o Oceanário constituiu penhor financeiro das suas contas bancárias e dos rendimentos resultantes dos saldos das mesmas.

31.2 Garantias prestadas por terceiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Fundação não tinha quaisquer garantias prestadas por terceiros.

31.3 Ativos contingentes

A Fundação, nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., tem o direito a receber a título de Dotação Fundação a quantia total de 30.000.000 Euros, tendo sido já liquidado o montante de 13.500.000 Euros, restando o valor de 16.500.000 Euros que será liquidado até 2025.

32. Partes relacionadas

A Fundação foi criada pela sua Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

Remuneração do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Fundação ascenderam a 270.000,22 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018: 260.000,16 euros).

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração auferida pelo Conselho Fiscal ascendeu a 9.225,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018: 9.225,00 euros).

Transações entre partes relacionadas

a. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Sócios-fundadores

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

Subsidiárias

Oceanário de Lisboa, S.A.

Outras entidades do Grupo

Unilver Fima

b. transações e saldos pendentes

I. Sócios-Fundadores

Vendas e compras de serviços:

Durante os exercícios de 2019 e 2018, o Grupo efetuou as seguintes transações com o sócio fundador:

	2019	2018
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos/Donativos		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE	3.000.000,00	3.000.000,00
	3.000.000,00	3.000.000,00

II. Subsidiárias

Vendas e compras de serviços:

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Entidade efetuou as seguintes transações com o Oceanário de Lisboa, S.A.:

	2019	2018
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Oceanário de Lisboa, S.A.	3.688,65	-
	3.688,65	-
Gastos		
Gastos financeiros		
Oceanário de Lisboa, S.A.	26.541,67	26.877,10
Serviços/Outros gastos		
Oceanário de Lisboa, S.A.	2.387,85	27.137,61
	28.929,52	54.014,71

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2019 e 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2019	2018
Saldos credores		
Outras dívidas a pagar		
Oceanário de Lisboa, S.A.	4.097,59	17.646,77
	4.097,59	17.646,77
Fornecedores		
Oceanário de Lisboa, S.A.	-	24.205,55
	-	24.205,55
Financiamentos obtidos		
Empresas do Grupo		
Oceanário de Lisboa, S.A.	2.100.000,00	2.100.000,00
	2.100.000,00	2.100.000,00
Juros a pagar		
Oceanário de Lisboa, S.A.	12.031,26	12.104,18
	12.031,26	12.104,18

III. Outras entidades do Grupo

	2019	2018
Gastos		
Gastos financeiros		
Oceanário de Lisboa, S.A.	2.132,16	-
	2.132,16	-

33. Eventos subsequentes

Na sequência do COVID-19 o Oceanário de Lisboa está a efetuar as diligências necessárias para minimizar eventuais impactos na operação. No entanto, não se espera que o impacto coloque em causa a sustentabilidade da operação do Oceanário de Lisboa.

O Contabilista Certificado

João Pedro Eloi Lopes Banza, número 37215

O Conselho de Administração

José Soares dos Santos

Tiago Pitta e Cunha

Emanuel Gonçalves

R. Andreas Kraemer

João Falcato Pereira



Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Fundação Oceano Azul (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 69.068.252,43 euros e um total de fundos patrimoniais de 18.300.244,35 euros, incluindo um resultado líquido de 2.031.957,43 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Fundação Oceano Azul em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório Anual nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Anual com as demonstrações financeiras consolidadas.



Building a better
working world

Fundação Oceano Azul
Certificação Legal das Contas Consolidadas
31 de dezembro de 2019

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Anual

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Anual foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Oceano Azul (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 31.012.353,60 euros e um total de fundos patrimoniais de 18.300.244,35 euros, incluindo um resultado líquido de 2.031.957,43 euros), a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Oceano Azul em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório Anual nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade,

avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Anual com as demonstrações financeiras.

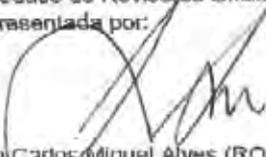
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Anual

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Anual foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:


João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 696)
Registado na CMVM com o n.º 20160615



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores,

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Oceano Azul** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação prestando à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia ("IFRS"), exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

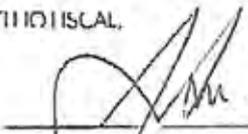
Analisámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e actividades que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

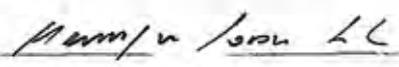
Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo Presidente Ernst & Young Audit & Associados - SROC, em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

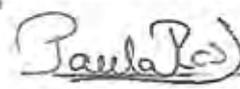
Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de Actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Lisboa, 24 de março de 2020

O CONSELHO FISCAL,


Ernst & Young Audit & Associados - SROC
Representada por Dr. João Carlos Miguel Alves
Presidente


Dr. Henrique Soares dos Santos
Vogal


Dr. Paulo Frasin Rosa
Vogal





*from the ocean's
point of view*



OCEANO AZUL
fundação